



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

AILZA CLEIDE SANTANA DE SOUSA

**IDENTIFICAÇÃO DOS INVESTIMENTOS COM A PRESERVAÇÃO
AMBIENTAL NAS PREFEITURAS DE JOÃO PESSOA E CAMPINA
GRANDE-PB DURANTE O PERÍODO DE 2006 A 2009**

**SOUSA - PB
2009**

AILZA CLEIDE SANTANA DE SOUSA

**IDENTIFICAÇÃO DOS INVESTIMENTOS COM A PRESERVAÇÃO
AMBIENTAL NAS PREFEITURAS DE JOÃO PESSOA E CAMPINA
GRANDE-PB DURANTE O PERÍODO DE 2006 A 2009**

**Monografia apresentada ao Curso de
Ciências Contábeis do CCJS da
Universidade Federal de Campina
Grande, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Ciências Contábeis.**

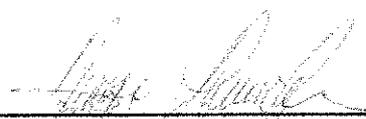
Orientador: Prof.º. Me. Thiago Alexandre das Neves de Almeida.

**SOUSA - PB
2009**

AILZA CLEIDE SANTANA DE SOUSA

**IDENTIFICAÇÃO DOS INVESTIMENTOS COM PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
NAS PREFEITURAS DE JOÃO PESSOA E CAMPINA GRANDE/PB DURANTE O
PERÍODO DE 2006 A 2009.**

Monografia apresentada em ____ de julho de 2009, à Coordenação do Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, da Universidade Federal de Campina Grande como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, sendo aprovada pela seguinte banca examinadora:



Thiago Alexandre das Neves de Almeida Prof^o. MSc.

Orientador

Thaiseany de Freitas Rêgo Prof^o. MSc.
Membro examinador

Josicarla Soares Santiago Prof^a MSc.
Membro examinador

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Por este termo, eu, abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo do referido Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado: **IDENTIFICAÇÃO DOS INVESTIMENTOS COM PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NAS PREFEITURAS DE JOÃO PESSOA E CAMPINA GRANDE/PB DURANTE O PERÍODO DE 2006 A 2009**, estando ciente das sanções legais previstas referentes ao plágio. Portanto, ficam, a instituição, o orientador e os demais membros da banca examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

Sousa, ____ de julho de 2009

Ailza Cleide Santana de Sousa

Autor (a)

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, autor de tudo, e à minha mãe, Genilda Martins de Sousa (in memória). "Você continuará sempre comigo todos os dias da minha vida".

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pelo dom da vida, e pela certeza de que nunca estive sozinha, por me conceder sabedoria para a realização deste trabalho. Pela força, fé e esperança na sua infinita bondade e misericórdia que tive durante a execução das atividades para que tal conclusão fosse possível.

Agradeço aos meus pais Manoel Martins de Sousa e Maria Auzeni de Sousa pela constante preocupação e estímulo, indicando os caminhos seguros e corretos que desbravei durante o andamento de toda minha vida, possibilitando alcançar vitórias que sempre busquei.

Agradeço, carinhosamente, a André Japiassú, meu noivo, pela motivação, apoio e até mesmo pela cobrança para que esse trabalho fosse concretizado. Agradeço pelo carinho e atenção, sempre presentes e a compreensão pelos momentos de convívio furtados para a realização deste trabalho, e por dividir comigo os mais belos sonhos. Te Amo André.

Agradeço a minha família, pelo incentivo e conselhos sempre tão seguros e úteis, para conclusão de mais essa etapa na minha vida e em especial as minhas irmãs Anylza Santana e Alba Santana por toda ajuda e compreensão concedidos nos momentos mais difíceis. A minha sobrinha, Ana Clara, pela paz e alegria que proporciona a nossa família.

À minha avó dona Lilia, por me ensinar a sentir o sabor de viver e acima de tudo vencer a tantas batalhas. "Vó" o sabor da conquista que hoje sinto, é em decorrência da vitória pela sobrevivência, esta Vitória também é sua.

Ao meu orientador, prof. MSc. Thiago Alexandre das Neves de Almeida, por toda sua atenção, dedicação, paciência e pelo esforço dedicado para um bom êxito na realização desta pesquisa. A você a minha admiração e gratidão.

As professoras Thaiseany de Freitas Rego, e a Josicarla Soares Santiago, pela colaboração na melhoria desse trabalho.

A Universidade Federal de Campina Grande, *campus* de Sousa-PB, pela formação ética, moral, social e profissional que me proporcionou e servirá de referência para toda minha vida.

A todos os professores e funcionários que fazem a Universidade Federal de Campina Grande, *campus* Sousa pela dedicação durante o curso.

“É triste pensar que a natureza fala e que o gênero humano não a ouve”.

(Victor Hugo).

RESUMO

Atualmente o mundo vem passando por um processo de globalização, o qual tem gerado mudanças na sociedade e nas organizações, tais como o avanço tecnológico, os aspectos econômicos, sociais, políticos e o aumento na velocidade da transmissão de informações. Este fenômeno pode ter promovido alterações na dinâmica da postura das empresas, tendo em vista uma maior competitividade, gerando impacto também no meio ambiente. Estes fatores devem ser observados pelos entes públicos, no sentido de promover um bem estar social em equilíbrio com os recursos naturais, e reduzindo os impactos no meio ambiente, gerados por esses avanços. Diante deste cenário, esta pesquisa é resultado de um estudo teórico-empírico sobre a identificação dos valores investidos na preservação do meio ambiente nas cidades de João Pessoa e Campina Grande/PB no período de 2006 a 2009. O estudo foi orientado considerando-se não somente os aspectos bibliográficos, mas, sobretudo, abordou-se o tema sob o enfoque prático, envolvendo as prefeituras objeto do estudo. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e descritiva. A amostra foi selecionada por conveniência dentre um universo de 223 municípios paraibanos, escolhendo as duas maiores cidades do Estado da Paraíba. Dessa forma, pela análise dos resultados observou-se que os investimentos efetuados com preservação ambiental pelas prefeituras, em análise, foram em maior volume, realizados pela Prefeitura Municipal de Campina Grande, que investe 73,89% a mais em recurso do que a Prefeitura Municipal de João Pessoa. Entretanto, esta última pulveriza estes recursos em maiores quantidades de ações e projetos que a Prefeitura Municipal de Campina Grande.

Palavras-chave: Contabilidade ambiental. investimento com o meio ambiente. Preservação ambiental.

ABSTRACT

Now the world is going by a globalization process generating changes in the society and in the organizations, such as the technological progress, the economical and social aspects, and political and the increase in the speed in the transmission of the information. This phenomenon might have promoted alterations in the dynamics of the posture of the companies, tends in view a larger competitiveness, also generating impact in the environment. These factors should be observed by the public beings, in the sense of promoting a well to be social in balance with the natural resources, and reducing the impacts in the environment generated by those progresses. Before this scenery, this research is resulted of a theoretical-empiric study about the identification of the values invested in the preservation of the environment in the cities of João Pessoa and Campina Grande/PB in the period from 2006 to 2009. The study was guided being considered not only the bibliographical aspects, but, above all, the theme was approached under the practical focus involving the city halls object of the study. It is a qualitative and descriptive research. The sample was selected by convenience among universe of 223 municipal districts paraibanos, choosing the two larger cities of the State of Paraiba. In that way, for the analysis of the results it was observed that the investments made with environmental preservation by the city halls in analysis they were in larger volume, accomplished by the Municipal City hall of Campina Grande, that invests 73,89% more the in resource than the Municipal City hall of João Pessoa. However, this last one sprays these resources in larger amount of actions and projects that the Municipal City hall of Campina Grande.

Key-words: Environmental accounting. Investments with the environment. Environmental preservation.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Variação anual dos investimentos em Meio Ambiente da PMJP (R\$).....	54
Gráfico 2. Variação anual dos investimentos em Meio Ambiente da PMCG (R\$).....	55
Gráfico 3. Comparação dos investimentos anual em Meio Ambiente da PMJP e PMCG (R\$).....	56

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. Programas executados pela SEMAM durante o período de 2006 a 2009..	50
QUADRO 2. Programas e ações executados pela PMCG referente às ações de preservação ambiental Meio Ambiente durante o período de 2006 a 2009.....	52

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. Distribuição anual dos investimentos em Meio Ambiente da PMJP.....	48
TABELA 2. Distribuição anual dos investimentos em Meio Ambiente da PMCG em percentual.....	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ART	Artigo
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CF	Constituição Federal
COMAM	Conselho Municipal do Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRACON	Instituto Brasileiro de Contadores Independente
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
LC	Lei Complementar
NBC T 15	Norma Brasileira de Contabilidade Técnica
NPA 11	Normas e Procedimentos de Auditoria
PB	Paraíba
PMCG	Prefeitura Municipal de Campina Grande
PMJP	Prefeitura Municipal de João Pessoa
PPA	Plano Plurianual
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
SEMAM	Secretaria Executiva Municipal de Meio Ambiente
SEPLAN	Secretaria de Planejamento
SOSUR	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCE	Tribunal de Contas do Estado da Paraíba

LISTA DE SÍMBOLOS

- § Parágrafo
- % Percentual ou Percentagem
- \$ Cifrão

SUMÁRIO

CAPITULO 1 APRESENTAÇÃO.....	16
1.1 DEFINIÇÃO DO TEMA E PROBLEMÁTICA DA PESQUISA.....	18
1.2 JUSTIFICATIVA.....	20
1.3 Objetivos.....	22
1.3.1 <i>Objetivo geral.....</i>	22
1.3.2 <i>Objetivos específicos.....</i>	22
CAPÍTULO 2 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS.....	23
2.1 <i>Natureza da pesquisa.....</i>	23
2.2 <i>Classificação quanto aos meios.....</i>	23
2.3 <i>Classificação quanto aos fins</i>	24
2.4 Área de atuação da pesquisa.....	25
2.4.1 <i>Universo.....</i>	25
2.4.2 <i>Amostra.....</i>	25
2.5 FERRAMENTAS DE COLETAS DE DADOS.....	25
2.6 TRATAMENTO DOS DADOS.....	26
CAPÍTULO 3 ESTADO DA ARTE.....	27
3.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	29
3.2 Problemas relacionados ao Meio Ambiente.....	31
3.3 Contabilidade: Conceitos, objetivos e importância.....	32
3.4 Contabilidade ambiental: Conceitos.....	34
3.5 Contabilidade e o Meio Ambiente.....	37
3.5.1 <i>Gestão ambiental.....</i>	37
3.6 Enfoque da legislação ambiental.....	38
3.6.1 <i>Legislação brasileira.....</i>	38
3.6.2 <i>Lei de crimes ambientais.....</i>	40
3.6.3 <i>NPA 11.....</i>	41
3.6.4 <i>NBC T 15.....</i>	41
3.7 Contabilidade pública.....	42
3.7.1 <i>Conceituação da contabilidade pública.....</i>	42
3.7.2 <i>Objetivos da contabilidade pública.....</i>	43
3.7.3 <i>O objeto da contabilidade pública.....</i>	44
3.7.4 <i>Finalidade da contabilidade pública.....</i>	44
3.7.5 <i>Plano Plurianual.....</i>	44

3.7.6 Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.....	45
3.7.7 A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.....	46
CAPÍTULO 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	48
4.1 Investimentos na preservação do Meio Ambiente das cidades de João Pessoa e Campina Grande/PB.....	48
4.2 Identificar os investimentos realizados pelas prefeituras objeto deste estudo durante o período estabelecido.....	50
4.3 Acompanhar a evolução dos investimentos em Meio Ambiente realizado durante o período de 2006 a 2009.....	54
4.4 Comparar os investimentos entre a Prefeitura Municipal de João Pessoa e Campina Grande/PB durante o período de 2006 a 2009.....	55
CAPÍTULO 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS.....	60

CAPITULO 1 APRESENTAÇÃO

Ao longo dos últimos anos, o mundo vem passando por um processo de globalização, o qual tem gerado mudanças na sociedade e nas organizações, tais como: o avanço tecnológico, os aspectos econômicos, sociais, políticos e o aumento na velocidade da transmissão de informações. Tal fenômeno pode ter promovido alterações na postura das empresas, tendo em vista uma maior competitividade.

Diante de tal contexto, as organizações devem estar preparadas para se adaptarem de forma rápida, acompanhando a velocidade dessas mudanças, direcionando, dessa forma, suas metas e objetivos, sem esquecer-se de preservar o meio ambiente.

A contabilidade, frente a esse novo contexto mundial, pode encontrar-se diante da necessidade de oferecer suporte a estas questões relativas a gestão empresarial e ambiental. Sendo assim, a elaboração dos relatórios contábeis pode envolver novos paradigmas. A resposta para isto pode está nos relatórios formais, bem como em diferentes modelos da divulgação de informações que sirvam de suporte à gestão. Desse modo, a composição dos demonstrativos contábeis deve então considerar o aumento de informações, identificando-se os aspectos relevantes na correta tomada de decisão.

Considerando o referido aspecto, pode ser observado há algum tempo, um aumento nos debates sobre a forma com que as empresas divulgam seus dados contábeis. Tais discursos se referem à clareza com que estas empresas divulgam seus resultados ao seu meio externo, acerca das demonstrações contábeis.

Nessa ideia, Calixto; Barbosa e Lima (2007) consideram que a evolução da informática promoveu a troca de informações entre seus usuários em tempo real, além de fornecer ferramentas de trabalho que facilitam a execução das atividades, o deslocamento da economia para o setor de serviços. E o enfoque da preocupação das empresas em está sempre buscando um bom atendimento aos clientes, são sinais evidentes de que mudanças estão acontecendo de forma assustadoramente rápida.

Nesse sentido, pode ser comum a busca das empresas em agradar cada vez mais seus consumidores, por meio da incorporação de mecanismos como o marketing, através da divulgação de informações, promovendo ações que criem melhorias junto à sua estrutura, visando um melhor atendimento aos seus usuários, conseqüentemente angariando resultados para a entidade. Tal procedimento é feito de diversas formas, sempre procurando cumprir as exigências do mercado consumidor.

Iudicibus; Marion (2000) consideram que a contabilidade pode ser compreendida como um importante instrumento na colaboração do fornecimento de informação de caráter econômica, financeira, física, produtiva e social aos usuários internos e externos, a fim de tornar público os meios que a empresa buscou para alcançar tal objetivo.

Deste modo, a contabilidade pode ser considerada um sistema de informação que tem o papel de auxiliar no gerenciamento das entidades para que assim, possam alavancar sua continuidade.

Diante disso, pode vir a crescer a relevância da divulgação de informações indispensáveis ao sistema de comunicação que existem entre o meio interno e externo das empresas com aqueles que estão ligados de maneira direta ou indireta às ações realizadas pelas organizações.

Santos et al (2001) destacam que nas últimas décadas muito se tem debatido sobre qual a melhor forma das empresas harmonizarem o desenvolvimento de seus métodos de produção sem que haja um maior prejuízo ao meio ambiente.

Diante disso, a contabilidade pode se destacar como uma das ferramentas indispensáveis às necessidades das organizações para melhoria de suas atividades, também se tornando importante no auxílio da correta tomada de decisão, por parte dos seus gestores, garantindo a prosperidade desta empresa no mundo dos negócios.

Neste contexto, a contabilidade ambiental pode exercer a função de não somente auxiliar a avaliação de desempenho e a tomada de decisões por parte dos gestores, mas também na condução de medidas que venham a contribuir com o processo de preservação do Meio Ambiente, além de contribuir para o desenvolvimento econômico sustentável (RIBEIRO, 2006).

Diante do exposto, percebe-se que o desenvolvimento econômico sustentável é influenciado pela preservação do meio ambiente. Sendo assim, além dos entes públicos, entende-se que a sociedade em geral deve garantir uma harmonia entre os recursos naturais e a necessidade de consumo. Porém, conforme consta no artigo 225 da Constituição da República Federativa Brasileira, promulgada em outubro de 1988, "todos têm o direito ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para presentes e futuras gerações" (BRASIL, 2005)

Percebe-se aí o papel de cada elemento da sociedade em relação à preservação do meio ambiente. Portanto, insere-se a contabilidade ambiental com o papel de que "não somente subsidiará melhor a avaliação de desempenho e a tomada de decisões (...) mas auxiliará na

condução de medidas para preservar o meio ambiente, além de contribuir para o processo de desenvolvimento econômico sustentável” (RIBEIRO, 2006, p.45).

Aos entes Públicos, cabe defender e preservar o meio ambiente, para isto, sugere-se que as três esferas de governo realizem investimentos em ações e programas que tenham estas funções.

Nesse contexto, mediante o que foi exposto, esta pesquisa identifica os investimentos realizados em ações voltados à preservação ambiental, e mensurados pelas Prefeituras Municipais de João Pessoa e Campina Grande/PB.

1.1 DEFINIÇÃO DO TEMA E PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

Ao longo das últimas décadas, o Meio Ambiente vem sendo submetido a uma degradação por parte do homem, tal fato vem despertando a atenção pela sociedade conforme aborda Tinoco; Kraemer (2008) a ação antropica em busca de recursos para o abastecimento de indústrias e siderúrgicas, visando o processo de cadeia produtiva de bens e serviços, acaba por comprometer os recursos naturais. Dessa forma, os processos que comprometem o meio ambiente estão cada vez mais em evidência, ocasionando a preocupação da sociedade acerca do futuro do planeta, assim, promovendo um maior compromisso da mesma em pressionar as empresas para a diminuição da degradação ambiental. Portanto, a atenção e o interesse com esse bem, poderá ser o caminho para a preservação e manutenção da natureza.

Esta postura é importante para a preservação dos recursos naturais existentes no planeta, o que pode vir a pressionar as empresas a adotarem uma gestão ambiental eficiente.

Assim, a sociedade tem o papel de modificadora das atitudes empresarias acerca das questões ambientais, promovendo a inclusão da mesma no processo socialmente responsável, no que se refere ao bem estar e na qualidade de vida de todos. A preocupação exercida pela sociedade promoveu a formação de uma nova modalidade de consumidores, conscientes e principalmente compromissados com as questões ambientais.

Mediante o exposto, Sucupira (2000) considera fundamental para as empresas assumirem não só o papel de produtoras de bens e serviços, mas também de se preocuparem com a responsabilidade do bem-estar dos seus colaboradores.

Logo, a informação e a divulgação de itens referentes à contabilidade ambiental apontam-se com um aspecto, que colabora para o incremento empresarial, conseqüentemente gerando

um maior compromisso sócio ambiental, com isso traduzido na divulgação dos fatos que chegam até os seus usuários.

Matuchevski, et al (2006) entende que ao buscar capturar oportunidades por meio do aumento casual de consumidores responsáveis através de ações legítimas e verdadeiras, as empresas tendem a reforçar ainda mais a consciência ambiental, criando um círculo virtuoso, no qual a atuação mercadológica, torna-se um instrumento de educação ambiental.

Mediante tal afirmação, as estratégias ambientais das empresas podem vir a acompanhar a evolução da política de preservação e proteção para com o Meio Ambiente assim como, a pressão exercida pela sociedade, buscando estabelecer um elo com o meio externo mediante a divulgação das informações. Com isso a organização buscará destacar-se das demais empresas, suas concorrentes, e ganhar espaço de mercado consumidor.

Apesar dos avanços, ainda pode ser comum encontrar organizações com uma postura defensiva com relação a divulgação de informações de relatórios contábeis que expressem seus custos ambientais.

Os Estados, Municípios, Distrito Federal e Governo Federal não poderiam ficar de fora dessa nova abordagem econômica e social, como entidades promovedoras do bem estar sócio-ambiental, compromisso atenuado da Constituição Federal, estes agentes também são responsáveis pelas questões ambientais. Logo, percebe-se que todos são responsáveis pelo meio ambiente. Estes entes públicos devem investir partes dos recursos arrecadados em ações que protejam e preservem a natureza.

Portanto, a sociedade pode acompanhar os investimentos realizados pelos Municípios, Distrito Federal e Governo Federal, em benefício do meio ambiente, cabendo também verificar e cobrar dos governantes mais ações no sentido de garantir a preservação ambiental. Dessa forma, os contribuintes estarão exercendo um dever de cidadania.

Diante disso, deve-se investigar os investimentos realizados pelas Prefeituras Municipais e analisar o grau de eficiência e eficácia dos mesmos. Esses investimentos realizados pelas prefeituras são mensurados e divulgados pelos Demonstrativos Contábeis, atendendo assim, ao princípio da transparência e publicidade. Os impactos desses investimentos nessas ações serão percebidos pela população na melhoria da qualidade de vida e do bem estar social.

A partir do exposto, surge o seguinte questionamento: **Quais os valores investidos com preservação do Meio Ambiente nas cidades de João Pessoa e Campina Grande no estado da Paraíba durante o período de 2006 a 2009?**

1.2 JUSTIFICATIVA

Atualmente, é comum observar nos meios de comunicação notícias relacionada a problemas advindos dos desequilíbrios ambientais. As conseqüências destes desequilíbrios podem ser observadas nas mudanças climáticas e ambientais ocorridas nos últimos anos.

Rosa e Ensslin (2007, p. 01) entendem que:

O esgotamento dos recursos naturais é proveniente de utilização sem medidas, e sem preocupação com a sustentabilidade. A sociedade como um todo vem sentindo os reflexos desse esgotamento ao presenciarem eventos como: escassez de água potável, poluição de mananciais, extinção de fauna e flora, efeito estufa, degelo dos pólos, chuva ácida, entre outros.

Nesse âmbito, a sociedade em geral pode entender que se não houver uma possível modificação de comportamento por parte dos responsáveis pela degradação ambiental, a situação poderá ser cada vez mais agravante.

Mediante esses avanços observado na sociedade, Scarpin et al (2008, p. 01), afirmam que "as sociedades desenvolvidas estão exigindo de suas empresas um padrão de comprometimento e responsabilidade com a questão ambiental nunca visto antes, e num mundo globalizado esta exigência já se faz sentir nas sociedades em desenvolvimento como o Brasil".

Diante do exposto, poderá ser comum observar empresas comprometidas em fornecer informações que venham a relatar seus custos ambientais, tornando cada vez mais transparente suas ações.

Uma das formas em que as empresas encontraram de mostrar que se importam realmente com a preservação do Meio Ambiente foi através da divulgação de informações ambientais por meio de seus relatórios contábeis (CALIXTO, 2007).

Por outro lado "Não basta uma empresa se declarar eco eficiente e socialmente responsável. É preciso provar. Para isso, deve adotar indicadores, medi-los e apresentá-los aos tomadores de decisão [...]" (TINOCO; KRAEMER, 2008, p. 254).

A importância da contabilidade ambiental pode ser observada no enfoque dado por meio das demonstrações contábeis, que são empregadas como subsídios para tomadas de decisões. Portanto, quanto maior a riqueza de seus dados melhor conduzirá os trabalhos direcionados a contabilização entre o desenvolvimento econômico e manutenção da boa qualidade de vida (RIBEIRO, 1992).

Na concepção de Tinoco (2004, apud LEITE 2008, p. 21),

A introdução de práticas ambientais, pode trazer vantagens competitivas para o ambiente e para a organização, como: a redução de custos por meio de eficiência de processos, redução de consumos, minimização do tratamento de resíduos e efluentes e diminuição de prêmios de seguros, multas etc.

Frente a esse ponto de vista, as empresas vêm tornando-se mais flexíveis a divulgação de informações ambientais nos seus relatórios contábeis, referentes a sua responsabilidade com as operações do empreendimento. Integrando, desta forma, os impactos, as decisões de compras de matérias-primas, custeio de produto, formação de preços, orçamento de capital e avaliação de desempenho. Tais informações contidas nestes demonstrativos podem está sendo exigida cada vez mais pelos investidores e sociedade em geral.

Além dessa necessidade na mudança da postura por parte das organizações, exigida pelos consumidores, os agentes públicos podem está se manifestando neste mesmo sentido, criando normas e órgãos fiscalizadores, que exijam das empresas ações que agridam menos o meio ambiente e até mesmo a reparação da natureza pelas entidades, ocorridas para desempenhar suas atividades.

As constituições estaduais dedicam capítulos ao tema ambiental e remetem para a legislação ordinária que regulamenta essas disposições constitucionais. Por meio da Lei nº 6.938, de 02 de setembro de 1981, o Poder Público dispõe de instrumentos para assegurar o direito ao Meio Ambiente equilibrado, tais como: avaliação do impacto ambiental, o licenciamento ambiental e a revisão de atividades efetivas ou potencialmente poluidoras, o zoneamento ambiental e a fiscalização. Essa lei dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e sua aplicação constitui o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA) e institui o Cadastro de Defesa Ambiental. Sendo o mesmo regulamentado pelo Decreto-lei nº 9274, de 06 de junho de 1990 (BRASIL, 2005).

Furtado (1998, p.102) afirma que, "o objetivo maior das normas e demais instrumentos é melhorar as condições ambientais e promover o desenvolvimento sustentável, a fim de proteger e melhorar a geração atual e não comprometer as oportunidades de escolha das gerações futuras"

Mediante o que foi exposto, verifica-se a necessidade da investigação desses relatórios, quer seja em empresas públicas ou privadas, com o propósito de disseminar cada vez mais os projetos e ações voltados à preservação do meio ambiente por parte dessas organizações.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

- Identificar os investimentos realizados pelas Prefeituras Municipais de João Pessoa e Campina Grande/PB durante o período de 2006 a 2009.

1.3.2 Objetivos específicos

- Acompanhar a evolução dos investimentos em Meio Ambiente realizado por estes entes públicos durante o período de 2006 a 2009.
- Comparar os investimentos no Meio Ambiente entre a Prefeitura Municipal de João Pessoa e Campina Grande/PB durante o período de 2006 a 2009.
- Identificar os programas e ações desenvolvidas com preservação do Meio Ambiente pelas Prefeituras Municipal de João Pessoa e de Campina Grande/PB durante o período de 2006 a 2009.

CAPÍTULO 2 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

Para responder às questões delineadas na presente pesquisa, fez-se necessário a utilização de técnicas de pesquisa para alcançar o desenvolvimento do objetivo proposto. Nesse contexto, o termo metodologia significa “etimologicamente, o estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer ciência. É uma disciplina instrumental, a serviço da pesquisa” (DEMO, 1981, p. 07).

Mediante o que foi exposto, convém identificar a realidade na qual a pesquisa se enquadra, de forma a contribuir com a realização do estudo, sendo assim utilizados métodos capazes de comparar o que vem a ser certo ou errado.

2.1 Natureza da pesquisa

Considerando a problemática da pesquisa, prepondera-se a natureza qualitativa, pois conforme aborda Souza, Fialho; Otani (2007) este tipo de trabalho se propõem a identificar, interpretar e conceituar fenômenos, não fazendo uso de ferramentas e técnicas estatísticas.

Sendo assim, o problema deste estudo foi elucidado a partir da identificação dos recursos financeiros destinados à preservação do Meio Ambiente nas cidades de João Pessoa e Campina Grande entre o período de 2006 a 2009.

2.2 *Classificação quanto aos meios*

Como o presente estudo aborda a identificação contábil dos investimentos realizados em ações voltadas à preservação do Meio Ambiente praticada pelas Prefeituras Municipais de João Pessoa e Campina Grande/PB no período de 2006 a 2009.

Neste estudo quanto aos procedimentos adotados, foram utilizadas a pesquisa bibliográfica e documental.

A pesquisa bibliográfica consistiu em uma revisão por meio de livros, revistas especializadas, artigos científicos que tratam do tema.

Logo após, foi realizada uma pesquisa documental nas *home pages* do Tribunal de Contas da Paraíba (TCE), Secretaria Executiva Municipal do Meio Ambiente (SEMAM) Conselho Municipal de Meio Ambiente (COMAM), Secretaria de Obras e Serviços Urbanos (SOSUR) e Secretaria de Planejamento (SEPLAN) e Secretaria do Tesouro Nacional (STN), para obter os dados desse estudo identificando informações dos relatórios financeiros e relatórios ambientais das cidades de João Pessoa e Campina Grande/PB obtidas por meio da internet.

Os documentos objeto de análise foram os relatórios financeiros anuais e os relatórios ambientais específicos elaborados pelas Prefeituras Municipais de João Pessoa e Campina Grande/PB ao longo dos anos de 2006 a 2009

2.3 Classificação quanto aos fins

Em relação à classificação da pesquisa quanto aos seus fins, pode ser enquadrada como sendo descritiva, pois conforme o ponto de vista de Silva; Menezes, (2001, p. 21), a pesquisa descritiva

visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de levantamento.

Dessa forma, se volta a estudar as variáveis em questão da análise e interpretação dos fatos que lhes serão relevantes.

Este estudo enquadra-se como sendo descritivo por adotar a descrição dos recursos que são destinados a preservação do Meio Ambiente nas Prefeituras Municipais de João Pessoa e Campina Grande/PB no período de 2006 a 2009, visando comparar esses investimentos nessas organizações.

2.4 Área de atuação da pesquisa

2.4.1 Universo

O universo da pesquisa consiste na abordagem dos 223 municípios Paraibanos, sob o aspecto dos investimentos financeiros realizados com programas de preservação do Meio Ambiente.

2.4.2 Amostra

De acordo com o objetivo da pesquisa, foram selecionados por conveniência como amostra os dois municípios mais populosos do Estado da Paraíba. Sendo assim, conforme dados do último CENSO, a cidade de João Pessoa apresenta uma população estimada em aproximadamente 674.762 mil habitantes com uma área de unidade territorial de 211 Km². Já a cidade de Campina Grande apresenta uma população de 371.060 mil com área de unidade territorial de 621 Km² (IBGE, 2007).

2.5 FERRAMENTAS DE COLETAS DE DADOS

A coleta de dados foi realizada através de inspeções via internet nos endereços eletrônicos dos seguintes órgãos: Secretaria Executiva Municipal do Meio Ambiente (SEMAM) de João Pessoa, Secretaria de Obras e Serviços Urbanos (SOSUR) e Secretaria de Planejamento (SEPLAN) de Campina Grande. Nos referidos sites encontram-se os Planos Plurianuais (PPA) dessas secretarias, de onde foram obtidos os dados referentes aos investimentos voltados à preservação do Meio Ambiente por parte das Prefeituras Municipais de João Pessoa e Campina Grande entre o período de 2006 a 2009.

2.6 TRATAMENTO DOS DADOS

Em um segundo momento, realizou-se uma análise e discussão dos dados obtidos na pesquisa, visando à apresentação dos resultados por meio de gráficos, tabelas, quadros com auxílio da planilha eletrônica Excel. Para elaboração dessas ferramentas, foram realizadas comparações entre os montantes dos investimentos em preservação ambiental, obtendo assim, percentuais importantes para fazer comparações temporais e por ações e programas.

CAPÍTULO 3 ESTADO DA ARTE

O estado da arte deste estudo foi centrado nos principais tópicos nos quais estão inseridas as linhas de atuação, nas quais a contabilidade se enquadra, a fim de conhecer os procedimentos adotados, suas definições, finalidades, estruturas, estratégias, princípios, responsabilidades, funções e competência pertinentes as informações que são importantes para o embasamento de conhecimentos a respeito da contabilidade.

3.1 Responsabilidade social

Durante as últimas décadas pode ser observado um contínuo crescimento das atividades econômicas, que segundo Ribeiro e Lisboa (1999, p. 72) “foi motivado pelo processo de globalização da economia mundial, através da interação econômica dos países, incluindo o Brasil que a partir da década de 90 passou por uma profunda abertura econômica internacional”.

Diante dessa atmosfera altamente competitiva, em que as empresas estão sempre buscando superar umas as outras, e a forma com que seus gestores vêm conduzindo as atividades de suas empresas passaram por um processo de mudança pelo advento da globalização.

Conforme destaca Carvalho (2007, p. 01) “O desenvolvimento econômico sem um compromisso com o capital social torna-se desumano e provoca exclusão social e impactos ambientais que afetam a geração atual e as futuras”.

Todavia, a busca pelo desenvolvimento sustentável depende da forma com que as empresas conduzem suas ações, as quais devem incluir a participação de atividade que visem o social e o ambiental promovendo assim, a qualidade de vida da sociedade momentânea como também de seus antecessores.

Desta forma, pode observar que é cada vez mais comum por parte da sociedade uma cobrança efetiva pelas empresas a respeito da responsabilidade social, guiando seus valores e suas obrigações em benefício da sociedade, buscando agir com respeito, compromisso e ética na elevação empresa-sociedade.

Segundo Chiavenato (2004, p. 483), o termo responsabilidade social diz respeito “a atuação responsável socialmente de seus membros, as atividades de beneficência e os compromissos da organização com a sociedade em geral e de forma mais intensa com aqueles grupos ou parte da sociedade com a qual está mais em contato”

Cabe frisar que as empresas que almejam seguir o desenvolvimento mundial obtendo respeito de todas as comunidades devem se preocupar em ser socialmente responsáveis e, além disso, promovendo atitudes, tais como a divulgação de suas ações por meio de indicadores que comprovem suas atividades, seus ativos e seus passivos relativos às questões de responsabilidade social e ambiental.

Segundo Oliveira (2002, p. 5) relata que “a responsabilidade social tem o objetivo de comprometer a empresa com a adoção de um padrão ético de comportamento”.

Diante das atuais circunstâncias a que o meio ambiente vem sendo submetidos, tais como a exploração desordenada, vem gerando uma situação inegável de preocupação, mediante a forma com que os recursos naturais são retirados de maneira inadequada e mal planejados, estes processos acabam por comprometer a estrutura da biodiversidade existente no planeta, promovendo a repercussão dos possíveis efeitos que a degradação ambiental possa causar.

O desenvolvimento sustentável, tão comentado atualmente, depende das questões planejadas e do reconhecimento que os recursos existentes no meio ambiente são finitos. Assim, é interessante observar que o debate acerca do desenvolvimento sustentável presa pela qualidade dos bens e serviços e não pela quantidade, tais como a diminuição na obtenção de material utilizado no processo produtivo, elevação de programas de reciclagem de lixo, visando à tentativa de construção de um modelo ecologicamente correto.

Mediante o que foi visto, a atividade econômica e as questões acerca do meio ambiente, tem se relacionado a demanda do bem estar social, como base para o possível desenvolvimento econômico sustentável, se fazendo necessário a discussão dos meios mais corretos de se produzir sem comprometer o ambiente que é comum a todos, para o campo das relações sociais.

3.2 Problemas relacionados ao Meio Ambiente

A origem dos problemas relacionados às agressões ao Meio Ambiente é remota. O processo evolutivo das civilizações trouxe ao homem benefícios conquistados durante milhares de anos. No momento em que o homem passou a dominar a agricultura e caçar seu próprio alimento, pode ter dado início ao processo de degradação do meio ambiente originando o início de um processo de degradação e destruição dos recursos naturais.

Observa-se que com o passar do tempo as civilizações foram crescendo e com isso, a necessidade de se produzir alimentos e objetos de uso pessoal também tornou-se maior. Com o passar dos anos, novas técnicas de produção agrícola e de caça surgiram, justamente para suprir a necessidade do aumento constante destas civilizações.

Rebollo (2000) acredita que com o aumento populacional e a evolução da civilização, a partir do século XV, a humanidade experimentou um longo processo de transformação. A civilização evoluiu do estágio feudal chegando à chamada Revolução Industrial, cujos efeitos verificam-se até hoje. Nesse período, as atividades manufatureiras tiveram impressionante impulso, com significativos reflexos na economia, nos hábitos dos indivíduos e, por consequência, no Meio Ambiente.

Segundo Tinoco; Kraemer (2008) países como Alemanha, França e Inglaterra iniciaram um processo de industrialização, passando assim, a deterem o poder econômico, só sendo superados, anos mais tarde pelos Estados Unidos. Esse poder paralelo garantiu a tais países um grande aumento de riquezas e conseqüentemente lhes trouxeram o progresso, mas por outro lado os impactos causados ao Meio Ambiente já cresciam de forma alarmante.

Tinoco; Kraemer (2008, p. 22) comentam que:

o desenvolvimento econômico e tecnológico após a revolução industrial, significou para as empresas a maximização da utilização dos inúmeros recursos naturais, que eram gratuitos, ou seja, teriam custo praticamente zero para estas empresas produzirem, por outro lado estas empresas ignoraram as conseqüências desta exploração sobre estes recursos.

Diante disso, pode-se inferir-se que a industrialização e o crescimento da população trouxeram consigo os problemas ambientais. A utilização dos recursos naturais vem se

tornando escassas por ter ocorrido um uso inadequado dos recursos sem a preservação e a reposição dos insumos naturais. Como consequência, a sociedade vem atualmente sofrendo com os problemas ambientais, e o estilo de vida, os padrões de consumos, renda e a inadimplência com o Meio Ambiente ainda hoje estão influenciando na manifestação do Meio Ambiente.

Missiaggia (2002) enfatiza que a maior parte dos problemas ambientais, que atualmente comprometem a humanidade, poderia ter sido evitada, se a educação ambiental e a consciência ecológica estivessem fazendo parte da preocupação da sociedade desenvolvida desde a revolução industrial.

Atualmente, o problema ambiental está em evidência, a Agenda 21 (1992, p. 1-3) deixa clara a preocupação com o impacto ambiental através de diferentes estilos de vida e padrões de consumo:

Enquanto a pobreza tem como resultado determinados tipos de pressão ambiental, as principais causas da deterioração ininterrupta do Meio Ambiente mundial são os padrões insustentáveis de consumo e produção, especialmente nos países industrializados. Motivo de séria preocupação, tais padrões de consumo e produção provocam o agravamento da pobreza e dos desequilíbrios. (Agenda 21, p. 1-3, 1992).

Desta forma, os padrões de consumo e a produção industrial são cada vez maiores. Tais indicadores podem vir a comprometer seriamente a diversidade de ambientes e de espécies no planeta. Nesse contexto, pode surgir uma preocupação pelos fatores agravantes gerados com a degradação dos recursos naturais.

Segundo Epelbaum (1997, p. 235):

Pode-se expressar sucintamente o comprometimento com o Meio Ambiente como sendo a contínua intencionalidade e prática em considerar a proteção ambiental nas decisões gerenciais e operacionais cotidianas. Tal noção de comprometimento, para ser considerada abrangente dentro das organizações, deve ser adotada por todos os seus níveis e funções, desde a alta administração até o nível operacional.

Neste contexto, Queiroz (2000) afirma que, sendo a Contabilidade um excelente instrumento de identificação, registro, acumulação, análise, e interpretação das operações empresariais, ela deve desencadear soluções para que as empresas, por meio do planejamento

estratégico, venham a encontrar o melhor caminho a ser seguido em termos de implantação de políticas que visam o desenvolvimento sustentável.

3.3 Contabilidade: Conceitos, objetivos e importância

Para Marion (2005, p. 26), "a Contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa".

A Contabilidade pode se destacar como uma ciência social que exerce o registro das operações financeiras, econômicas e patrimoniais das instituições, sejam elas voltadas ou não para fins lucrativos.

Segundo Franco (2002, p. 77)

A Contabilidade é a ciência que estuda e pratica, controla e interpreta os fatos ocorridos no patrimônio das entidades, mediante o registro, a demonstração expositiva e a revelação desses fatos, com o fim de oferecer informações sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza econômica.

Mediante o afirmado, o conceito de contabilidade refere-se a estudos sobre registros de fatos que contribuem para identificação dos resultados patrimoniais adquiridos por informações que são gerenciadas por estudiosos e intelectuais para o encontro dos rendimentos e avaliação da tomada de decisão em uma empresa.

Para Ludicibus; Marion (2000, p. 53): "O objetivo da contabilidade pode ser estabelecido como sendo o de fornecer informação estruturada de natureza econômica, financeira e, subsidiariamente, física, de produtividade e social, aos usuários internos e externos à entidade objeto da Contabilidade".

Desta forma, o desenvolvimento dos fundamentos do objetivo da contabilidade em uma empresa permite não somente a correta tomada de decisão por parte dos que a administram mais também, propicia a interação com seus usuários por meio da divulgação de informações acerca de seus relatórios financeiros, assim a empresa pode garantir a transparência de seus atos perante seus parceiros.

Franco (1997, p. 22), assegura a importância da contabilidade:

A contabilidade desempenha em qualquer organismo econômico, o mesmo papel que a História na vida da humanidade. Sem ela não seria possível conhecer o passado e nem o presente da vida econômica da entidade, não sendo também possível fazer previsão para o futuro nem elaborar planos para a orientação administrativa.

Sendo assim, a contabilidade vem exercendo papel importante ao longo da história, contribuindo com os investimentos em conhecimento das políticas econômicas, pois estudam, analisam e asseguram a melhor opção para a tomada de decisão. Na competitividade empresarial que vivenciamos, este estudo é fundamental para a garantia de um sucesso empresarial.

“A contabilidade então se destaca como uma importante ferramenta de que as empresas dispõem para a tomada de decisão, quer seja, dentro ou fora do seu campo de atuação, onde através do fornecimento de informações pode vir a garantir o sucesso dos negócios” (MARION, 2005, p. 26).

Percebe-se o quanto a contabilidade pode ser importante para as organizações empresariais, pois se trata de uma ciência que garante a identificação de sua estrutura em todos os seus estágios

3.4 Contabilidade ambiental: Conceitos

Com o aumento da evidência dos problemas ambientais, surgidos nos últimos anos, o tema desenvolvimento sustentável vem sendo abordado por pessoas e entidades preocupadas com o futuro do planeta. Isso está acontecendo pelo aumento das evidências dos problemas ambientais surgidos nos últimos anos. Neste contexto, designou-se o termo conhecido como contabilidade ambiental para acompanhar o convívio do homem com o ambiente em que habita. Tal denominação tem como papel garantir e registrar relatórios que têm por finalidade: auxiliar na elaboração do planejamento estratégico; servir de parâmetro no gerenciamento das atividades – alvo e finalmente; fornecer informações externas no sentido de prestação de contas dessas atividades (PAIVA, 2006).

Assim, pode-se evidenciar que a contabilidade apresenta instrumentos capazes de suprir algumas dessas lacunas, e pode incentivar as empresas a divulgar suas ações voltadas ao social e ambiental, por meio de relatórios que ao mesmo tempo em que informam estes dados aos seus usuários, podem se beneficiar por estarem demonstrando que estão comprometidas em preservar o Meio Ambiente. Nesse contexto, insere-se a contabilidade

ambiental, que surge como uma ramificação da contabilidade tradicional, subsidiando as empresas neste novo meio de divulgação dos relatórios contábeis.

Dessa forma, a contabilidade ambiental pode ser definida por meio de diferentes pontos de vista. Nesse contexto, Paiva (2001, p. 12), define a contabilidade ambiental como sendo "a atividade de identificação de dados e registro de eventos ambientais, processamento e geração de informações que subsidiem o usuário servindo como parâmetro em suas tomadas de decisões".

Nesse sentido, a contabilidade ambiental refere-se ao modo como as empresas analisam os dados e a contribuição que ela fornece para o Meio Ambiente. Desse modo, a contabilidade ambiental possibilita aos empresários analisar os relatórios contábeis e assim, poder decidir quais atitudes devem ser tomadas para solucionar parcialmente seus problemas relacionados a preservar o Meio Ambiente.

Segundo Tinoco (2001, p. 100) a contabilidade ambiental pode ser conceituada como: "um sistema destinado a dar informações sobre a rarefação dos elementos naturais, engendrado, pelas atividades das empresas e sobre as medidas tomadas para evitar esta rarefação".

Desse modo, pode-se destacar que a contabilidade ambiental fornece informações aos usuários que têm interesse em identificar a relação das empresas com o Meio Ambiente, contribuindo assim, para a tomada de decisão.

Ainda na visão de Tinoco (2001), uma das funções da contabilidade ambiental é propiciar informações regulares aos usuários internos e externos acerca dos eventos ambientais que causaram modificações na situação patrimonial da respectiva entidade, quantificado em moeda.

Assim, torna-se conveniente haver uma cobrança efetiva por parte da população de modo a garantir que as empresas divulguem suas ações ligadas às questões ambientais. Dessa maneira, a contabilidade vem respaldar a relação da organização com o Meio Ambiente. Contudo, as informações devem ser visualizadas para que ocorra a comprovação dos resultados sócio-ambientais determinantes para a sociedade.

O objetivo da contabilidade ambiental, conforme Ribeiro (2006) consiste na identificação, mensuração e esclarecimento dos eventos e transações econômico-financeiros que se encontram relacionados com a preservação e recuperação ambiental, que tenham ocorrido em certo período, com a finalidade de evidenciar a situação patrimonial da empresa.

Conforme o exposto, não basta apenas às empresas realizarem ações que preservem o Meio Ambiente, é necessário também informar, deixando claro tais ações por meio de seus relatórios contábeis.

Conforme explica Paiva (2006) cabe frisar que a Contabilidade tem como fundamento desenvolver a formulação de parâmetros de mensuração e registro que comportem o acompanhamento da convivência de forma harmônica entre a empresa e o Meio Ambiente e a evolução patrimonial de tal relação.

A contabilidade ambiental segundo Ribeiro (2006) apresenta vários usuários que podem se conscientizar sobre a conduta administrativa e operacional da entidade. A sociedade busca conhecer o empenho da empresa em garantir condições ambientais às futuras gerações em paralelo ao desenvolvimento econômico.

3.5 Contabilidade e o Meio Ambiente

Um dos atributos da contabilidade diz respeito a evidenciação dos relatórios financeiros identificando o balanço patrimonial das empresas, deste modo, devem está inseridos os investimentos relativos ao Meio Ambiente. Portanto, pode ser relevante para as organizações a divulgação das ações promovidas em benefício ao Meio Ambiente. Mesmo que as empresas desejem minimizar seus custos à procura de obter resultados, não seria possível ter um setor específico para diagnosticar os gastos e tentar reduzir os seus custos sem enfatizar os assuntos ambientais que são fator crucial para o marketing verde.

As discussões pertinentes à degradação do Meio Ambiente estão cada vez mais em evidência. Diversos países se encontram de tempos em tempos em conferências que discutem a preservação do Meio Ambiente, estabelecem por meio de pactos, protocolos e outros documentos, normas e deveres que as indústrias e empresas devem seguir para manter o planeta menos poluído. Nesse sentido, Tinoco; Kraemer (2008) destaca que as empresas podem está se sentindo cada vez mais forçadas a enquadrarem sua estrutura nos objetivos de lucros a responsabilidade social, visto que a sequência, como um todo, e a referida responsabilidade social envolvem o bem-estar da população em sua integridade.

De acordo com Ribeiro (2006, p. 19) "ao captar do Meio Ambiente, recursos renováveis ou não, a organização utiliza-se do patrimônio da humanidade. Quando não consumidos totalmente ou devolvidos de forma deteriorada, eles afetam negativamente o patrimônio natural (...)".

Constata-se, pois, que pode ser relevante a preocupação com os processos de degradação ambiental, pois da forma em que os elementos da natureza vêm sendo retirados, provavelmente em um futuro não tão distante o planeta pode chegar a sofrer o colapso de seus recursos naturais.

Até a década de 1960, de acordo com Tachizawa (2002, p. 44) prevalecia “a convicção de que seriam infinitas as fontes de recursos naturais e de que o livre mercado maximizaria o bem estar social”.

Nesse contexto, o Meio Ambiente sofre a degradação acelerada por parte da produção em larga escala, com a finalidade de suprir as exigências dos consumidores não se preocupando com os impactos ambientais.

Conforme destacam Tinoco; Kraemer (2008) os impactos das questões ambientais passou a ser discutido bem antes do que se imagina, a partir do início da década de 70 com o advento das primeiras conferências sobre Meio Ambiente e, posteriormente em face da preocupação e da consciência dos prejuízos que as ações acerca da degradação ambiental vêm provocando para a humanidade, com conseqüências nefastas sobre a fauna, a flora, e a vida das pessoas.

Assim, considera-se que, até então, a busca pelo crescimento econômico pode ter sido um fator relevante para o agravamento das questões ambientais. A partir da década de 70, a sociedade começa a entender que se a degradação dos recursos naturais continuasse no ritmo em que era observado na época, o Meio Ambiente poderia ser seriamente comprometido (TINOCO; KRAEMER, 2008).

Para alguns autores, o acontecimento de grande impacto mundial foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, que ocorreu em 1972, em Estocolmo, na Suécia. Nessa Conferência, de acordo com Becke (2005, p. 13) “emergiram o incentivo à inclusão social de questões ambientais em programas das organizações intergovernamentais, os movimentos ambientalistas e a conscientização mundial para os problemas ecológicos”.

Na década de 90, na cidade do Rio de Janeiro/RJ Brasil, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ECO - 92, quando os problemas ambientais globais foram analisados intensamente por presidentes e ambientalistas do mundo todo (AGENDA 21, 1992).

Percebe-se então, que o tema Meio Ambiente passou a ser mais evidenciado de forma internacional. Segundo Tinoco e kraemer (2008, p. 42):

Muitos países no início da década de 90, sobretudo os desenvolvidos, começaram a ser cobrados para criarem ferramentas que identificassem e avaliassem seus impactos ambientais. Acredita-se que muitos impactos ambientais vêm sendo reduzidos devido aos avanços de técnicas, métodos e procedimentos de avaliação de impactos e riscos ambientais.

A partir desse entendimento, pode-se considerar que a contabilidade ambiental destaca-se com um desses procedimentos, podendo ser de grande valia na identificação de impactos ambientais e no fornecimento dos elementos necessários a avaliação dos mesmos.

Tinoco; Kraemer (2008, p. 153) acrescentam que:

A contabilidade é o veículo adequado para divulgar informações sobre o Meio Ambiente. Esse é um fator de risco e de competitividade de primeira ordem. A não inclusão dos custos, despesas e obrigações ambientais distorcerá tanto a situação patrimonial como a situação financeira e os resultados da empresa.

Assim, o impacto das atividades da empresa no Meio Ambiente deve ser evidenciado, como destaca Ferreira (2003, p. 7), "a abordagem social da contabilidade obriga-a a participar ativamente da pesquisa sobre como informar os eventos realizados pelas organizações que podem afetar o Meio Ambiente e, concomitantemente, cuidar da mensuração desses eventos".

Face ao que foi exposto, a contabilidade pode funcionar como um importante veículo para os registros financeiros que serão absorvidos para auxiliar no gerenciamento das informações por parte dos administradores e assim, assegurar um resultado patrimonial para a empresa, informando eventos com os clientes internos e externos, sobre a degradação e os impactos causados no ambiente natural.

Para Carvalho (2007, p. 40) "os usuários da informação contábil buscam, portanto, uma tradução dos benefícios e malefícios, causados ao Meio Ambiente, bem como os efeitos destes no patrimônio das entidades através da expressão monetária".

Portanto, a mensuração e evidenciação dos investimentos em ações de preservação, manutenção ao Meio Ambiente é função principal da contabilidade ambiental, além disso, destaca-se o papel da informação sobre os danos causados a natureza pelas organizações.

3.5.1 Gestão ambiental

Não há um conceito unânime de gestão ambiental, todavia, há propostas para as empresas, sobre esse conceito, feitas pelos ambientalistas e organizações internacionais, sendo: entendido como modelo de gestão ambiental o conjunto de decisões exercidas sob princípios de qualidade ambiental e ecológica, com a finalidade de atingir e preservar um equilíbrio dinâmico entre objetivos, meios e atividades no âmbito da organização (ANDRADE; TACHIZAWA; CARVALHO, 2002).

Tinoco; Kraemer (2008, p.114) entendem que:

Gestão ambiental é o sistema que inclui a estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental. É o que a empresa faz para minimizar ou eliminar os efeitos negativos provocados no ambiente por suas atividades.

Nesse contexto, é possível perceber que a gestão ambiental torna-se um conjunto de atividades processuais que visa controlar de forma segura os impactos provenientes de ações das empresas para com o Meio Ambiente.

Gestão Ambiental do ponto de vista empresarial, segundo Dias (2006, p. 89), pode ser conceituada como:

[...] a gestão empresarial que se orienta para evitar, na medida do possível, problemas para o Meio Ambiente. Em outros termos, é a gestão cujo objetivo é conseguir que os efeitos ambientais não ultrapassem a capacidade de carga do meio onde se encontra a organização, ou seja, obter-se um desenvolvimento sustentável.

Segundo Santos et al (2001, p. 92), "O objetivo principal da implantação da gestão ambiental não é gerar receita para a empresa, e sim, desenvolver uma política responsável acerca dos problemas ambientais".

Dessa maneira, as empresas podem contribuir com a preservação dos recursos naturais, buscando assim, garantir oportunidades de negócios e não deixando de se preocuparem com as questões ambientais.

Deve-se ressaltar, conforme Tinoco; Kraemer (2008) que a gestão ambiental tem se tornado importante para qualquer empreendimento, pois as empresas buscam alcançar e evidenciar um desempenho cada vez mais elevado em relação ao Meio Ambiente.

Conforme o exposto, o sucesso de um empreendimento depende muito da capacidade que seu gestor tem em gerenciar, tal aptidão pode ser fundamental, se o gestor for conectado às constantes mudanças a que o mundo globalizado lhe impõe. Está sempre aberto às novas tecnologias aliadas à visão conservacionista também se torna importante para a prosperidade dos interesses. Assim, os gestores devem se comprometer com seus usuários como um todo, respeitando os padrões, éticos, morais ambientais e sociais, podendo garantir a prosperidade de bons negócios.

Valle (1996) define a gestão ambiental como um conjunto de ações e procedimentos bem delineados e adequadamente aplicados que visam a redução e o controle dos impactos gerados por um empreendimento no Meio Ambiente.

Neste sentido, a visão de proteção ao Meio Ambiente deve ser sempre abordada pelos gestores em seu empreendimento. Mostrar aos seus prestadores de serviço que a natureza pode ter papel fundamental para a vida humana, pode garantir a redução dos impactos que degradam o ambiente.

Administradores, executivos e empresários vêm introduzindo às suas empresas programas de inovações ecológicas e tais práticas difundem-se rapidamente e vários sistemas abrangentes de administração de cunho ecológico estão sendo desenvolvidos, destaca (TACHIZAWA, 2002).

Desse modo, a gestão ambiental está voltada à compreensão do Meio Ambiente e ao crescimento da organização por meio de políticas de preservação ambiental, utilizando os recursos naturais de forma sustentável. Daí a importância de se conhecer as normas ambientais, além do Meio Ambiente que a empresa está inserida.

3.6 Enfoque da legislação ambiental

3.6.1 *Legislação brasileira*

O Brasil apresenta uma legislação que dispõe a respeito das questões ambientais. Ela apresenta algumas regras referentes à preservação e gerenciamento do Meio Ambiente.

Tais normas legais estabelecem responsabilidade civil, penal e administrativa para os responsáveis por danos ao Meio Ambiente.

Conforme exemplifica o art. 225 da Constituição Federal Brasileira, promulgada em outubro de 1988, "Todos têm direito ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" (BRASIL, 2005)

Por meio dos § 2º, § 3º, e § 6º, de seu art. 225, a Constituição Federal demonstra as obrigações do Poder Público para assegurar o mencionado direito, entre elas, as citadas nos incisos I, II, VI e VII, quais sejam:

- I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;
- II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;
- VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do Meio Ambiente;
- VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

Os incisos supracitados mencionam as responsabilidades atribuídas pelo poder público, aqueles que de maneira geral venham a comprometer de certa forma os recursos naturais existentes nos domínios do território nacional, desta forma podendo amparar a diversidade biológica, promovendo a responsabilidade sócio ambiental por parte das empresas e disseminando a educação ambiental. Por outro lado, esse processo só torna-se possível quando a interação e cumprimento dos deveres entre as partes integrantes: sociedade civil, empresas e poder público.

§ 2º - Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o Meio Ambiente degradado, de acordo com solução técnica exigida pelo órgão público competente, na forma da lei.

§ 3º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao Meio Ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§ 6º - As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas (BRASIL, 2005).

Conforme o exposto, o que pode ser observado é que existem leis que podem garantir a integridade dos recursos existentes no Brasil, mas que na maior parte dos casos estas leis não são postas em prática, muitas vezes por falta de fiscalização nos diversos seguimentos que promovem a degradação ambiental, facilitando a ação dos crimes ao meio ambiente, todavia, a inclusão da sociedade no monitoramento, identificação e denunciador dos crimes acerca das questões ambientais pode promover um maior comprimento das leis ambientais.

3.6.2 *Lei de crimes ambientais*

A Lei nº. 9.605 de 12/02/1998 dispõem sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao Meio Ambiente, consideram crimes ambientais sujeitos a penalidade os seguintes fatos:

Crimes contra a fauna: matar, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente;

Crimes contra a flora: destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção;

Poluição e outros crimes ambientais: causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade, de animais ou a destruição significativa da flora, executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem a competente autorização ou em desacordo com a obtida;

Crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural: destruir, inutilizar ou deteriorar bem, arquivo, registro, museu, biblioteca, pinacoteca, instalação científica ou similar, alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local, em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial (BRASIL, 1998):.

Todos que venha a cometer esses crimes podem ser penalizados de acordo com sua gravidade e incidência, sob pena de multa, detenção ou reclusão.

Diante do exposto pode destacar que a Lei dos Crimes Ambientais reordena a legislação ambiental brasileira no que se refere às infrações e punições para aquele que venham a cometer atos contra o meio ambiente.

3.6.3 NPA 11

Em 1996, o então Estabelecimento Brasileiro de Contadores, (IBRACON), atual Instituto dos Auditores Independentes do Brasil) votou e aprovou a Normas e Procedimentos de Auditoria n. 11 – Balanço e Ecologia - (NPA 11), com o objetivo de estabelecer os liames entre a Contabilidade e o Meio Ambiente (IBRACON, 1996).

Conforme ainda o que explica o IBRACON (1996) A citada norma apresenta alguns critérios para as informações do Ativo e Passivo Ambiental, para a exposição das demonstrações contábeis além de retratar alguns parâmetros para avaliação da Auditoria Ambiental.

Sendo assim, a Legislação Brasileira conquistou um importante aliado no combate aos crimes ambientais, a partir da NPA 11, que orienta o trabalho dos auditores nesta área. Estes profissionais se prestam a investigar os relatórios contábeis nas empresas de maneira a imposição de qualquer irregularidades em suas finanças e expondo ao meio externo os eventuais problemas que venham a estar ocorrendo com relação ao cuidado desta entidade com o Meio Ambiente.

3.6.4 NBC T 15

A Norma Brasileira de Contabilidade Técnica n. 15 (NBC-T 15) foi promulgada no dia 19 de agosto de 2004, fundamentando alguns parâmetros acerca da divulgação de dados de caráter social e ambiental, tendo por objetivo o esclarecimento à sociedade por parte da participação e responsabilidade social da entidade para com as questões relacionadas ao Meio Ambiente (CFC, 2004).

A NBC T 15 estabelece como forma de exposição a manifestação de Informações de gênero ambiental e/ou social, de maneira complementar às demonstrações contábeis. Para tanto, os dados contidas na demonstração podem ser obtidos ou não da contabilidade, conforme os métodos determinados pela norma e, para efeito de comparação, devem ser evidenciados as informações do exercício atual e do exercício anterior (CFC, 2004).

Conforme exemplifica o item 15.2.4, os dados pertinentes à influência mútua da entidade com o Meio Ambiente, devem ser evidenciados:

- a) investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do Meio Ambiente;

- b) investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;
- c) investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;
- d) investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;
- e) investimentos e gastos com outros projetos ambientais;
- f) quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;
- g) valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;
- h) passivos e contingências ambientais.

Além dos dados acima, a organização pode adicionar ou detalhar outras que julgar relevantes.

Conforme exposto na CFC (2004) a NBC T 15 esclarece também sobre a responsabilidade metodológica dos documentos contábeis, que necessitam recair sobre o profissional contador, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

3.7 Contabilidade pública

3.7.1 *Conceituação da contabilidade pública*

Conforme explanam Piscitelli; Timbó, Rosa . (2002) a contabilidade pública constitui-se no mais complexo ramo da ciência contábil. A sua aplicação restringe-se aos órgãos governamentais, assim entendidos, das pessoas jurídicas de direito público interno (União, Estados, Distrito Federal e Municípios), e seus fundos, suas autarquias, suas fundações e empresas públicas, se estas utilizarem recursos públicos.

Com relação à diferentes conceituação dada a contabilidade pública, Kohama (2006) comenta que a mesma pode ser entendida como a parte da contabilidade que se destina a analisar, orientar, estudar, controlar e demonstrar as organizações e execuções do Patrimônio Público e suas variações.

Com essa afirmação, o autor ressalta a importância da contabilidade pública no acompanhamento da gestão pública, garantindo a legitimidade nas ações de execução orçamentária.

Já para Lima; Castro (2003, p.14), a contabilidade pública é:

o ramo da Contabilidade que tem por objetivo aplicar os conceitos, Princípios e Normas Contábeis na gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos Órgãos e Entidades da Administração Pública e, como ramo da Contabilidade, oferecer à sociedade, de maneira transparente e acessível, o conhecimento amplo sobre a gestão da coisa pública.

Portanto, a contabilidade pública destaca-se como sendo um instrumento de grande importância não somente para evidenciar as variações dos acontecimentos na gestão pública, mas também pelo fato de se preocupar com suas ações por meio da constatação do orçamento que será executado.

3.7.2 Objetivos da contabilidade pública

Kohama (2006, p. 25) destaca que a contabilidade pública tem como objetivo “[...] captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações orçamentárias, financeiras e patrimoniais das entidades de direito público interno. [...]”

Segundo Lima; Castro (2003, p.13), os objetivos da contabilidade pública são:

- a) registrar a previsão das receitas e a fixação das despesas constantes dos Orçamentos Públicos anuais;
- b) escriturar e efetuar o acompanhamento da execução orçamentária e financeira das receitas e despesas;
- c) controlar as operações de crédito, a dívida ativa e as obrigações do ente público;
- d) apresentar as variações patrimoniais, ressaltando o valor do patrimônio;
- e) fornecer dados sobre os entes públicos à Contabilidade Nacional (estatísticas econômicas do país).
- f) disponibilizar informações que auxiliem a medir o desempenho de estruturas e programas de governo;

A Lei Federal nº 4.320, por meio de seu art. 83, afirma que a contabilidade pública tem por objetivo demonstrar a situação da receita, da despesa, do patrimônio e de quem operacionalize a referente passagem (BRASIL, 1964).

Mediante o que foi exposto, pode-se destacar que os autores têm uma visão semelhante com relação aos objetivos da contabilidade pública, podendo assim, ser ressaltada a sua importância com um instrumento capaz de gerenciar e ao mesmo tempo em que fornece informações necessárias aos seus usuários na tomada de decisão.

3.7.3 O objeto da contabilidade pública

Conforme explica Jund (2006), a contabilidade pública tem como objeto de estudo o patrimônio público, por meio do conjunto de leis, bens e obrigações pertencentes aos Poderes Públicos. Também faz parte dos objetos da contabilidade pública, o orçamento, assim entendido como a peça fundamental para arrecadação de recursos financeiros como também realização de gastos.

Dessa forma, somente os bens, direitos a receber e obrigações a pagar de propriedade e uso exclusivo das organizações e órgãos públicos podem integrar seu patrimônio constituindo assim, o primeiro objeto da contabilidade pública.

3.7.4 Finalidade da contabilidade pública

No entendimento de Araújo; Arruda (2006), a contabilidade pública apresenta como finalidade a determinação de processos normativos para que os fatos decorrentes das ações orçamentárias, financeira e patrimonial impostas pelos gestores públicos em que se realizem em perfeita ordem e sejam registrados simultaneamente, de maneira a se esclarecer nas épocas prefixadas, os respectivos resultados quando lhes for solicitado.

Neste sentido, a finalidade da contabilidade pública se propõe a obter, processar e finalmente fornecer aos interessados das organizações públicas, documentos referentes à administração e execução das ações públicas.

3.7.5 Plano Plurianual

Segundo explica Kohama (2006) o plano plurianual é considerado um seguimento de médio prazo, onde procura organizar as atividades governamentais que levam ao alcance dos objetivos e metas fixados para um período de quatro anos, ao nível do governo federal, além de quatro anos ao nível dos governos Estaduais e municipais.

Levando em conta a legislação específica, os meios de elaboração dos planos plurianuais (PPA) são: as diretrizes, os programas, explicitando os objetivos e ações, e estas detalhando as metas do governo (ANDRADE, 2007).

Pode observar que os autores corroboram quando explicam que os Planos plurianuais têm o papel de organizar as ações governamentais em um período de médio prazo, visando o atender satisfatoriamente as metas que lhes foram impostas por meio de leis.

3.7.6 Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964

Fortes (2006) destaca a publicação da Lei 4.320/64, aborda as normas gerais do Direito Financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços, da União, Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Neste sentido, Ferrari Pinto (2001) corrobora que a Lei nº 4.320/64, é a base da gestão pública, que normatiza o tema referente ao direito financeiro e demonstra qual a intervenção a ser estabelecida, especialmente quando houver o binômio receita/despesa advindo de assuntos orçamentários, conjuntura pela qual procura sistematizar normas gerais coerentes ao orçamento e às operações financeiras a serem alcançadas pelo governo.

Segundo os mesmos autores, a citada lei constitui regras gerais de direito financeiro para a preparação e domínio dos orçamentos e balanços das três esferas públicas, abrangendo ainda o Distrito Federal. Além dos anexos, em onze títulos.

Ferrari Pinto (2001) ainda destaca que, ao atingir esta lei, deixou-se de elaborar orçamentos e demonstrativos de contas públicas de qualquer forma, foi determinado e apresentado um novo procedimento para se executar a preparação dos orçamentos, adicionados a este o planejamento e controle. Essa Lei junta a elaboração do orçamento ao planejamento, isto é, cada órgão precisa fazer uma classificação dos custos que terá com as atividades meias e atividades fins para, assim, derivar a fixação de suas despesas e incluí-las nos elementos orçamentários.

Mediante o que foi exposto, pode-se entender que a Lei, prioriza a elaboração do orçamento no país. Assim, a Lei nº 4.320/64 obriga os gestores públicos a segui-la e cumprir com todas as suas diretrizes, visando à uniformidade dos orçamentos e demonstrativos.

Nessa linha de pensamento, Fortes (2006) destaca que em referência à publicação da Lei nº 4.320/64, que a mesma não surtiu efeitos na questão gerencial da informação. No entanto, o Brasil, por meio de sua contabilidade, continuava sem fornecer informações relevantes para a tomada de decisões e para o atendimento as necessidades dos usuários internos e externos da época, já que não existia no âmbito federal, um sistema de informação eficiente.

Nessa ótica, pode-se observar que a Lei nº 4.320/64 foi criada visando à regulamentação da contabilidade pública, tendo como objeto, o orçamento público. A referida lei teve importante contribuição para evolução contábil no Brasil.

3.7.7 A Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF

Na procura da qualidade, na otimização e na ética em relação ao uso dos recursos públicos, a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, distinguida como a LRF, tem como objetivo indicar regras a respeito da responsabilidade da gestão fiscal. Em seu art. 1º, a LRF dimensiona quais os resultados a serem conseguidos pela direção pública, visto que a responsabilidade da gestão fiscal está em o gerenciador público não gastar mais do que arrecada. Envolve gestão tributária, gestão financeira, gestão contábil. Essa lei confirma a intenção de o legislador instituir um utensílio jurídico de mando da legalidade e da limpidez das contas públicas, com a estimativa das intervenções receitas/despesas e a observância aos limites com os gastos e com o abandono fiscal (FERRARI PINTO, 2001).

Para Oliveira (2006, p. 43), a LRF

Há de ser entendida como um sistema de controle interno, composto por todo um universo de instâncias, em princípio hierarquizadas, com base em cada um dos ramos, ou estruturas, dos Ministérios ou Secretarias governamentais (nos Estados ou Municípios), que atuem articuladamente, culminando num órgão de cúpula do sistema, em constante atividade – preferencialmente preventiva – de acompanhamento (assessoramento, verificação concomitante e checagem posterior), dos procedimentos administrativo-governamentais, com o objetivo de pronunciar, tecnicamente, as falhas detectadas nas ações apuradoras, ordinárias ou especiais, e as medidas corretivas e/ou justificativas cabíveis, em cada caso.

Portanto, a LRF não é apenas um instrumento que serve para gerar a ação do gestor público ou dos Tribunais de Contas dos Estados. É uma expansão direta da CF que, tendo valor de lei nacional, aplica-se a todos os entes políticos da União Federal, dos Estados e dos Municípios e ao Distrito Federal. Também é dirigida de forma considerável ao controle interno do Poder Executivo de todas as esferas.

Nessa linha de pensamento, Ferrari Pinto (2001, p. 12) destaca que o principal foco da LRF, é a gestão fiscal, assim sendo, faz a seguinte observação:

A LC de nº 101/2000 visa, antes de tudo, disciplinar o comportamento do gestor público, à luz dos princípios éticos ligados à Administração, como planejamento, equilíbrio financeiro, economicidade, produtividade, transparência, controle e responsabilidade. Seu foco é a gestão fiscal, conceito que ampliou em relação ao uso corrente do termo, pois inclui nele aspectos relativos ao planejamento, ao orçamento, à programação financeira e ao fluxo de caixa; à receita, inclusive à tributação, e à despesa; à execução orçamentária e financeira; às transferências; ao endividamento; ao patrimônio público e à previdência social.

Desse modo, entende-se que, o intuito de se implantar ações delineadas e transparentes é, portanto, o que pode prevenir alguns riscos e possíveis desvios procurando almejar o balanceamento das contas públicas no país.

A LRF, que nada mais é que um instrumento da coletividade contra o abuso dos administradores públicos, tem um amplo contorno participativo ao contribuir com um abundante espaço para que a sociedade se aprofunde na concretização de suas prescrições e ensinar o mais importante e dinâmico tipo de domínio: o controle social (FERRARI PINTO, 2001).

A Lei de Responsabilidade Fiscal foi estruturada em quatro grandes pilares norteadores: planejamento, transparência, controle e responsabilidade. Segundo Khair (2001, p. 16):

O **planejamento**, que é o aprimoramento pela criação de novas informações, metas, limites e condições para a renúncia de receita, para a geração de despesa, inclusive com pessoal e de seguridade, para assunção de dívidas, para a realização de operações de crédito, incluindo o ARO, e para a concessão de garantias.

A **transparência**, que é concretizada com a divulgação ampla, inclusive pela internet, de quatro novos relatórios de acompanhamento da gestão fiscal, que permitem identificar receitas e despesas: Anexo de Metas Fiscais; Anexo de Riscos Fiscais; Relatório Resumido da Execução Orçamentária; Relatório da Gestão Fiscal.

O **controle**, que é aprimorado pela maior transparência e qualidade das informações exigindo uma ação fiscalizadora é efetiva e contínua dos tribunais de contas.

A **responsabilização**, que deverá ocorrer sempre que houver o descumprimento das regras, com a suspensão das transferências voluntárias, das garantias e da contratação de operações de crédito, inclusive ARO. Os responsáveis sofrerão as sanções previstas na legislação que trata dos crimes de responsabilidade fiscal.

Dessa forma, pode-se ressaltar que a LRF veio para agenciar, antes de tudo uma mudança na conduta dos gestores públicos, revertendo as ações adotadas anteriormente, as quais geravam a desordem nas finanças públicas.

CAPÍTULO 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão evidenciados os resultados obtidos a partir do processo investigativo conforme exposto nos capítulos anteriores. Os dados foram obtidos junto ao Plano Plurianual (PPA) das Prefeituras de João Pessoa e Campina Grande/PB referente ao período de 2006 a 2009.

4.1 Investimentos na preservação do Meio Ambiente das cidades de João Pessoa e Campina Grande/PB.

Diante dos dados obtidos, pode-se constatar em relação às ações de divulgação promovidas pelas Prefeituras Municipais de João Pessoa e Campina Grande: A Prefeitura Municipal de João Pessoa apresenta em sua *home pager* um *link* referente à Secretaria Executiva do Meio Ambiente (SEMAM), que tem por finalidade a execução das ações necessárias ao funcionamento do Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMAM), tal item oferece aos seus usuários informações que relatam as ações que as prefeituras têm realizado para preservar o Meio Ambiente nos últimos anos. Por outro lado, a PMCG, não dispõe de uma secretaria específica voltada a trabalhar ações de preservação do Meio Ambiente. No entanto, esta prefeitura vem realizando investimentos desta natureza, porém gerido por duas secretarias: a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos (SOSUR) e a Secretaria de Planejamento (SEPLAN), conforme identificado no PPA deste município.

Mediante a análise dos dados obtidos com os investimentos com preservação dos recursos naturais pela mesma, pode-se observar que nestes anos avaliados, não ocorre grande variação nos investimentos realizados nesta área, conforme consta na Tabela 1.

TABELA 1

Distribuição anual dos investimentos em Meio Ambiente da PMJP.

Períodos:	Valores:	Percentual
2006	R\$ 4.692.000,00	25,90%
2007	R\$ 4.116.900,00	22,72%
2008	R\$ 4.540.299,00	25,06%
2009	R\$ 4.769.409,00	26,32%
Total:	R\$ 18.118.608,00	100,00%

Fonte: Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB, 2009.

Portanto, na análise dos relatórios administrativos, referentes à execução do período de 2006 a 2009 com relação à distribuição anual dos investimentos em (Tabela 1): Meio Ambiente pela Prefeitura Municipal João Pessoa, pode-se observar que os valores investidos não apresentaram grande variação de um ano para outro, tendo um investimento quantitativo bastante semelhante durante todo o período evidenciado. Nos quatro anos foram investidos um total de R\$ 18.118.608,00, resultando numa média de aproximadamente R\$ 4.529.652,00. Sendo assim, em cada período avaliado, os valores investidos em Meio Ambiente pela Prefeitura Municipal de João Pessoa mantiveram uma certa regularidade.

Desta forma, tais valores designados a ações que promovam o Meio Ambiente pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, durante o período avaliado em percentual foram evidenciados também na Tabela 1, variando de 22,72% para 26,32%.

As informações sintetizadas na Tabela 2 apresentam a distribuição anual dos investimentos com preservação dos recursos naturais pela Prefeitura Municipal de Campina Grande em valores absolutos e a distribuição percentual.

TABELA 2

Distribuição anual dos investimentos em Meio Ambiente da PMCG em percentual.

Períodos:	Valores:	Percentual
2006	R\$ 13.025.000,00	25,40%
2007	R\$ 12.337.500,00	24,06%
2008	R\$ 12.750.000,00	24,86%
2009	R\$ 13.175.500,00	25,69%
Total:	R\$ 51.288.000,00	100,00%

Fonte: Prefeitura Municipal de Campina Grande/PB, 2009.

A Tabela 2 evidencia a distribuição anual dos investimentos em Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Campina Grande nos anos de 2006 a 2009. Assim, diante da análise efetuada com os dados evidenciados na tabela, pode-se constatar que, apesar da Prefeitura Municipal de Campina Grande não dispor de uma secretaria específica de gestão ambiental, os recursos destinados à preservação do Meio Ambiente, ao longo do período avaliado, totaliza um valor de R\$ 51.288.000,00, distribuídos em parcelas semelhantes nos anos de 2006, 2007, 2008 e 2009 como pode ser observado na Tabela 2.

Diante disso, observa-se que a citada prefeitura destina uma parcela do seu orçamento a programas e ações de preservação do Meio Ambiente.

Tal distribuição de recursos em percentual destinados à preservação do Meio Ambiente pode ser observado na Tabela 2, durante o período de avaliação dos dados. Portanto, infere-se que os recursos destinados à preservação do Meio Ambiente pela Prefeitura Municipal de Campina Grande em termos percentuais variaram entre 24,06% a 25,69% durante o período estabelecido para realização desta pesquisa.

4.2 Identificar os investimentos realizados pelas prefeituras objeto deste estudo durante o período estabelecido

O Quadro 1 complementa a Tabela 3, pois descreve cada programa realizado por meio da Secretaria Executiva Municipal de Meio Ambiente (SEMAM) da Prefeitura de João Pessoa com preservação do Meio Ambiente no período de 2006 a 2009.

QUADRO 1 -

Programas executados pela SEMAM durante o período de 2006 a 2009.

Programas:	
5293	Gestão da política de Meio Ambiente
5348	Planejamento das políticas de Meio Ambiente
2360	Melhoria hidrológica e ambiental de rios, córregos, canais, lagoas e mananciais
5298	Aprimoramento do controle ambiental
5303	Fortalecimento da educação ambiental
5304	Preservação dos recursos naturais renováveis
5305	Proteção e preservação de ecossistemas
5311	Análise bacteriológica e de metais leves
5366	Parques e hortos florestais
5294	Programa de conscientização e preservação do Meio Ambiente
5307	Vigilância Ambiental
5297	Proteção e preservação de Parques
5310	Programa de educação ambiental
5381	Apoio as ações do fundo do Meio Ambiente
5001	Aprimoramento dos serviços administrativos

Fonte: Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB, 2009.

Conforme conta no PPA da Secretaria Executiva do Meio-ambiente da Prefeitura Municipal de João Pessoa, o programa de Aprimoramento dos Serviços Administrativos é composto por três ações: 1) Administrativa no Fundo Municipal do Meio Ambiente, promovendo o funcionamento administrativo e financeiro deste fundo, tendo em vista a maximização do serviço público desta natureza; 2) Modernização da Administração da SEMAM, promovendo

o aperfeiçoamento das ações e aparelhamento administrativo para maximizar a produtividades da SEMAM; e 3) Remuneração do pessoal ativo, referente ao pagamento da folha desta secretaria.

A Tabela 3 representa a distribuição anual dos valores investidos por programas e ações pela Prefeitura Municipal de João Pessoa no período de 2006 a 2009.

TABELA 3 -

Distribuição anual dos investimentos em Meio Ambiente da PMJP por Programas (R\$).

Prog.:	2006	2007	2008	2009	Total	Percentual
5293	R\$ 10.000,00	R\$ 45.000,00	R\$ 11.025,00	R\$ 11.575,00	R\$ 77.600,00	0,43%
5348	R\$ 183.200,00	R\$ 180.000,00	R\$ 25.578,00	R\$ 26.862,00	R\$ 415.640,00	2,29%
2360	R\$ 120.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ 132.300,00	R\$ 138.900,00	R\$ 461.200,00	2,55%
5298	R\$ 60.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ 60.000,00	0,33%
5303	R\$ 40.000,00	R\$ 61.871,00	R\$ 2.100,00	R\$ 2.200,00	R\$ 106.171,00	0,59%
5304	R\$ 10.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 11.025,00	R\$ 11.575,00	R\$ 42.600,00	0,24%
5305	R\$ 30.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 33.075,00	R\$ 34.725,00	R\$ 117.800,00	0,65%
5311	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 22.050,00	R\$ 23.150,00	R\$ 85.200,00	0,47%
5366	R\$ 835.000,00	R\$ 350.000,00	R\$ 22.050,00	R\$ 23.150,00	R\$ 1.230.200,00	6,79%
5294	R\$ 180.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 176.400,00	R\$ 185.216,00	R\$ 581.616,00	3,21%
5307	R\$ 10.000,00	R\$ 5.000,00	R\$ 11.025,00	R\$ 11.575,00	R\$ 37.600,00	0,21%
5297	R\$ 426.780,00	R\$ 250.000,00	R\$ 1.091.342,00	R\$ 1.145.939,00	R\$ 2.914.061,00	16,08%
5310	R\$ 117.020,00	R\$ -	R\$ 71.680,00	R\$ 75.265,00	R\$ 263.965,00	1,46%
5381	R\$ 1.000.000,00	R\$ 990.000,00	R\$ 1.100.499,00	R\$ 1.157.619,00	R\$ 4.248.118,00	23,45%
5001	R\$ 1.650.000,00	R\$ 2.075.029,00	R\$ 1.830.150,00	R\$ 1.921.658,00	R\$ 7.476.837,00	41,27%
	R\$ 4.692.000,00	R\$ 4.116.900,00	R\$ 4.540.299,00	R\$ 4.769.409,00	R\$ 18.118.608,00	100,00%

Fonte: Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB, 2009.

Sobre a distribuição anual dos investimentos em Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de João Pessoa por programas, evidenciados na Tabela 3, observa-se que dentre os 15 programas que foram criados visando à preservação do Meio Ambiente pela respectiva prefeitura, pode-se destacar o programa "Aprimoramento dos Serviços Administrativos", como sendo o que recebeu um maior volume de investimentos ao longo do período de 2006 a 2009, representado pelo valor de 41,27% dos recursos totais destinados às ações desta natureza. O valor total de investimentos por parte da Prefeitura Municipal de João Pessoa foi de R\$ 18.118.608,00. Por outro lado, o programa "Vigilância Ambiental", apresentou o menor investimento (R\$ 37.600,00 ou 0,21% do valor total investido).

O Quadro 2 representa os programas realizados pela Prefeitura de Campina Grande, com preservação do Meio Ambiente no período de 2006 a 2009.

QUADRO 2

Programas e ações executados pela PMCG referente às ações de preservação ambiental Meio Ambiente durante o período de 2006 a 2009.

Programas:	
21	Implantação e melhoramentos no sistema de gerenciamento de resíduos sólidos do município
30	Fortalecimento da capacidade institucional do município em gestão ambiental
Ações:	
1	Recomposição e Preservação da Caatinga
2	Revisão da Legislação Ambiental (Fundo e Conselho Municipal de Meio Ambiente)
3	Manutenção e Ampliação do Programa de Educação Ambiental
4	Manutenção do Programa de Arborização do Município
5	Consolidação e Ampliação do Horto Municipal
6	Treinamento e Divulgação das Ações Ambientais
7	Manutenção do Programa de Fiscalização e Controle da Poluição Sonora, do Ar, do Solo e da Água
8	Manutenção e Ampliação do Serviço de Podas

Fonte: Prefeitura Municipal de Campina Grande/PB, 2009.

Com referência ao programa PPA 2006/2009 denominado de Fortalecimento da capacidade institucional do município em gestão ambiental, tendo como objetivo: fomentar e fortalecer a Gestão Ambiental no Município de Campina Grande apresenta investimentos de recursos financeiros significativamente inferiores quando comparados aos valores destinados ao programa citado anteriormente pela referida prefeitura (Tabela 4 e Quadro 2).

Com relação à distribuição anual dos investimentos em Meio Ambiente realizados pela Secretaria de Obras e Serviços Urbanos (SOSUR) vinculada a Prefeitura Municipal de Campina Grande por meio de Programas e Ações evidenciados na Tabela 4 e no Quadro 2, observa-se que os investimentos realizados com o programa de implantação e melhoria no sistema de gerenciamento de resíduos sólidos do município, conforme o PPA desta prefeitura, superando os demais programas e ações, sendo responsável por 91,62% dos R\$ 51.288.000,00 investidos em ações desta natureza pelo município durante o período de 2006 a 2009 como pode ser observado no Quadro 2 e Tabela 4. Por outro lado, o programa de Treinamento e Divulgação das Ações Ambientais apresentou o menor volume investido (R\$ 80.000,00) representando apenas 1,86% do valor total de investimentos no período de avaliação (Tabela 4)

A Tabela 4 apresenta a distribuição anual dos valores investidos em programas e ações por parte da Prefeitura Municipal de Campina Grande no período de 2006 a 2009.

TABELA 4

Distribuição anual dos investimentos em Meio Ambiente da PMCG por Programas e Ações (R\$).

	2006	2007	2008	2009	Total	Percentual
Programa 21						
	R\$ 11.950.000,00	R\$ 11.262.500,00	R\$ 11.675.000,00	R\$ 12.100.500,00	R\$ 46.988.000,00	91,62%
Ações:	Programa 30					
1	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 120.000,00	2,79%
2	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 2.000.000,00	46,51%
3	R\$ 70.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ 70.000,00	R\$ 280.000,00	6,51%
4	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	4,65%
5	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 300.000,00	R\$ 1.200.000,00	27,91%
6	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 80.000,00	1,86%
7	R\$ 55.000,00	R\$ 55.000,00	R\$ 55.000,00	R\$ 55.000,00	R\$ 220.000,00	5,12%
8	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 200.000,00	4,65%
	R\$ 1.075.000,00	R\$ 1.075.000,00	R\$ 1.075.000,00	R\$ 1.075.000,00	R\$ 4.300.000,00	8,38%
Valor total dos Programas (21 e 30)						
	R\$ 13.025.000,00	R\$ 12.337.500,00	R\$ 12.750.000,00	R\$ 13.175.500,00	R\$ 51.288.000,00	100,00%

Fonte: Prefeitura Municipal de Campina Grande/PB, 2009.

Mediante a análise dos dados a partir da Tabela 4 a evidenciação do programa de implantação e melhoria no sistema de gerenciamento de resíduos sólidos do Município de Campina Grande, no que se diz respeito ao valor destinado ao longo do período de 2006 a 2009 para ações de preservação do Meio Ambiente, foi o que apresentou o maior volume de investimento dentre os demais programas realizados pela Prefeitura Municipal de Campina Grande.

Percebe-se que apesar da Prefeitura Municipal de Campina Grande ser desprovida de uma secretaria específica para gerenciar as questões relativas ao Meio Ambiente, os investimentos em preservação do Meio Ambiente ficam evidenciados, ainda que distribuídos de maneira mais evidente em determinado programa.

No entanto, pode-se constatar que, apesar do volume de investimentos realizados por esta Prefeitura ser maior, quando comparada aos investimentos realizados pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, há uma distribuição mais ordenada por parte desta segunda, por atender a um maior número de programas – no total de 15. A Prefeitura de Campina Grande prioriza seus investimentos quase que totalmente em um só programa que está indiretamente ligado à preservação ambiental.

4.3 Acompanhar a evolução dos investimentos em Meio Ambiente realizado durante o período de 2006 a 2009

O Gráfico 1 demonstra a variação anual dos investimentos com preservação do Meio Ambiente pela Prefeitura Municipal João Pessoa, durante o período correspondente entre os anos de 2006 a 2009.

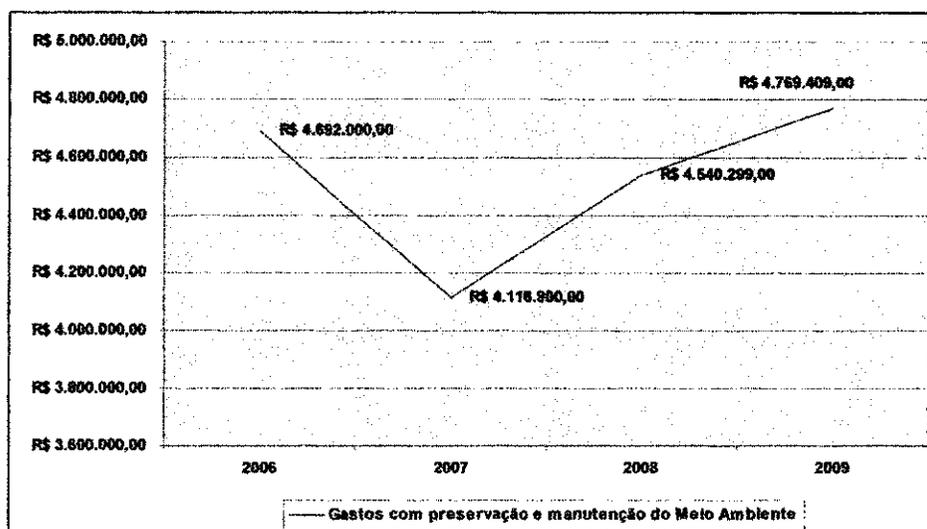


Gráfico 1 - Variação anual dos investimentos em Meio Ambiente da PMJP (R\$).
Fonte: Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB, 2009.

Mediante a análise dos resultados, pode-se observar a curva de variação que os investimentos tiveram durante o período em que os dados foram coletados, assim, pode-se enfatizar que no ano de 2006 o valor representado no Gráfico 1 chega quase aos quatro milhões e setecentos mil reais. No ano seguinte, o de 2007, houve uma queda nos investimentos. No ano de 2008, observa-se uma retomada no crescimento dos investimentos por parte da Prefeitura Municipal de João Pessoa. Essa tendência se manteve no ano seguinte 2009, que evidenciou o maior valor em investimentos com preservação do Meio Ambiente por parte dessa prefeitura nos exercícios estudados.

Portanto, a curva de variação representada no Gráfico 1 demonstra que a Prefeitura Municipal de João Pessoa apresentou investimentos com preservação do Meio Ambiente em seus programas e ações, designando pequenas variações de capital financeiro entre os anos de 2006 e 2009.

O Gráfico 2 apresentou a variação anual dos investimentos com preservação do Meio Ambiente pela Prefeitura Municipal de Campina Grande, durante o período correspondente entre os anos de 2006 a 2009.

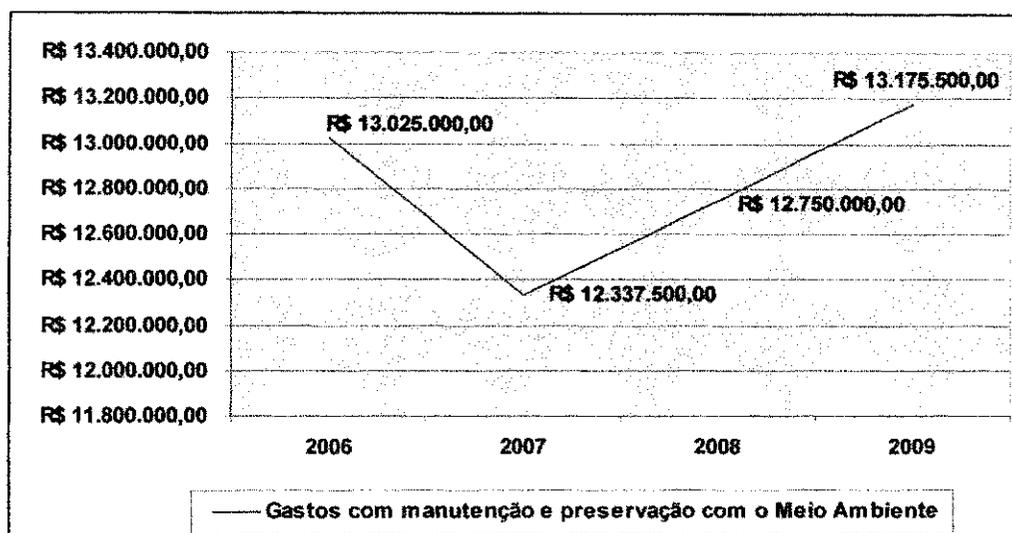


Gráfico 2 - Variação anual dos investimentos em Meio Ambiente da PMCG (R\$).
Fonte: Prefeitura Municipal de Campina Grande/PB, 2009.

Com relação à curva de variação representada no Gráfico 2 pode-se observar que houve uma variação dos valores investidos nos anos analisados. Em 2007, houve um decréscimo nos investimentos realizados pela Prefeitura Municipal de Campina Grande quando comparado com o ano de 2009 que foi o ano que apresentou maior volume de renda destinada aos programas, com uma diferença de quase um milhão de reais quando comparado ao valor investido no ano de 2007, sendo a maior diferença observada no período em que os dados foram analisados referentes aos investimentos com preservação do Meio Ambiente, verificando-se a retomada de investimentos nos anos subsequentes.

4.4 Comparar os investimentos entre a Prefeitura Municipal de João Pessoa e Campina Grande/PB durante o período de 2006 a 2009

A comparação dos investimentos realizados com preservação entre as Prefeituras Municipais de João Pessoa e Campina Grande/PB durante o período de 2006 a 2009 são evidenciados a seguir nos Gráfico 3.

O Gráfico 3 demonstra a comparação dos investimentos anuais que são realizados pelas Prefeituras Municipais de Campina Grande e João Pessoa com preservação do Meio Ambiente.

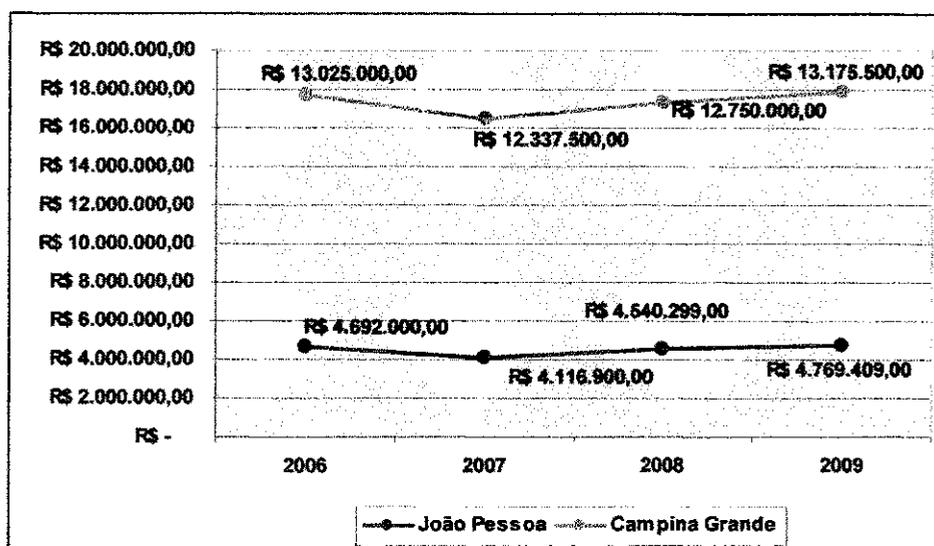


Gráfico 3 - Comparação dos investimentos anual em Meio Ambiente da PMJP e PMCG (R\$).
Fonte: Prefeitura Municipal de João Pessoa e Campina Grande/PB, 2009.

Pode-se inferir que existe uma diferença relativamente alta entre os gastos absolutos desta natureza realizados por cada prefeitura. A Prefeitura Municipal de João Pessoa investe menos recursos em programas e ações de preservação com o Meio Ambiente em relação à Prefeitura Municipal de Campina Grande, apesar de o primeiro município ter um órgão específico que trate de Gestão Ambiental. No entanto, essa diferença em destaque deu-se pelo volume investido por meio da Prefeitura Municipal de Campina Grande através da Secretaria de obra e Serviços Urbanos (SOSUR) no programa de implantação e melhoramento no sistema de gerenciamento de resíduos sólidos do município que giraram em torno de R\$ 11.747.000,00. Desta forma, o investimento nesse programa supera todas as outras ações com preservação do Meio Ambiente, destacando-se também seus investimentos, quando comparado com os investimentos promovidos pela Prefeitura Municipal de João Pessoa.

Observa-se ainda que nos dois casos, foram destinados mais recursos com preservação do Meio Ambiente no ano de 2009. Já no ano de 2007, houve o menor investimento por parte das duas prefeituras.

CAPÍTULO 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após coleta, tabulação e tratamento dos dados, expostos em tabelas e gráficos, convém fazer algumas observações sobre a pesquisa realizada. Nestas considerações finais, serão expostas as considerações relevantes sobre os resultados obtidos nesta pesquisa.

Frente aos resultados obtidos com a realização desta pesquisa, verificou-se a designação dos valores investidos na preservação dos recursos naturais das cidades de João Pessoa e Campina Grande/PB entre os anos de 2006 a 2009, do mesmo modo em que, realizou-se a identificação dos gastos das prefeituras objeto do estudo, acompanhando e comparando os valores destinados à preservação do Meio Ambiente durante os anos de 2006 a 2009 obtidos nas *home pager* das respectivas entidades.

O ambiente empresarial encontra-se hoje envolvido em um processo cada vez mais comum de comprometimento com a responsabilidade social e ambiental, promovendo ações voltadas à melhoria da qualidade sócio-ambiental. Nesse contexto, as organizações apresentam informações úteis aos seus usuários, por meio dos relatórios contábeis anuais, visando à divulgação das atividades voltadas à preservação dos recursos naturais, promovidos com o objetivo de concretizar seu comprometimento perante a sociedade.

Nessa ótica, destaca-se a contabilidade como uma importante ferramenta de divulgação e comprovação das atividades voltadas à preservação do Meio Ambiente realizada pelas entidades, incluindo nesse contexto os Estados, Municípios e Distrito Federal.

Observa-se ainda que, a contabilidade tem ao longo dos últimos anos, despertado interesse com relação às questões ambientais, mediante o fato de que a contabilidade auxilia os gestores a adquirir responsabilidade ambiental e não apenas se preocupando em atender a legislação. Nessa perspectiva, programar as questões ambientais pode propiciar a conscientização ecológica por parte da gestão empresarial.

Mediante o que foi exposto, a contabilidade ambiental tem como objetivo mensurar os fatos de caráter ambiental, vale salientar que existem algumas dificuldades acerca dos componentes relacionados à contabilidade ambiental, no que se refere à mensuração, evidenciação e reconhecimento, dentre outros itens de menor relevância. Será importante evidenciar os itens de fundação da gestão ambiental, podendo assim, propiciar a melhoria na tomada de decisões, podendo ser refletidos na qualidade de informações que são divulgadas por parte das entidades.

Por meio da análise dos resultados evidenciados nesta pesquisa, observou-se que as informações relacionadas aos investimentos com preservação do Meio Ambiente por parte

da Prefeitura Municipal de João Pessoa, podem ser encontradas no site da Secretaria Executiva Municipal de Meio Ambiente (SEMAM). Por outro lado, a Prefeitura Municipal de Campina Grande não dispõe de uma secretaria específica que possa gerenciar os investimentos desta natureza, dificultando assim, aos seus usuários uma busca por tais informações.

Ainda com relação às informações divulgadas pelas duas Prefeituras objeto do estudo, pode-se constatar que as mesmas apresentaram seus relatórios contábeis entre os anos de 2006 a 2009 nos sites do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE) e Secretaria do Tesouro Nacional (STN), evidenciando os investimentos em programas e ações voltados a preservação do Meio Ambiente.

Com base na análise dos relatórios administrativos, referentes à execução do período de 2006 a 2009 e com relação à distribuição anual dos investimentos em Meio Ambiente pela Prefeitura Municipal de João Pessoa, observou-se um investimento quantitativo semelhante durante todo o período evidenciado, nestes quatro anos foram investidos no total de R\$ 18.118.608,00, resultando numa média de aproximadamente R\$ 4.529.652,00 a cada ano.

Na observação da análise dos relatórios administrativos, referentes à execução do período de 2006 a 2009 da distribuição anual dos investimentos em Meio Ambiente pela Prefeitura Municipal Campina Grande, constatou-se que, apesar da Prefeitura não dispor de uma secretaria específica de gestão ambiental, a mesma destinou um maior recurso à preservação do Meio Ambiente, ao longo do período avaliado 2006 a 2009. A prefeitura investiu um total de R\$ 51.288.000,00, bem distribuídos em parcelas semelhantes, resultando numa média de aproximadamente R\$ 12.822.000,00 a cada ano.

A Prefeitura Municipal de João Pessoa apresenta programas e ações visando à melhoria da qualidade de vida e à responsabilidade sócio-ambiental. Pode-se destacar o Aprimoramento dos Serviços Administrativos como sendo o programa que investiu o maior volume de recursos, na casa de R\$ 7.476.837,00, correspondendo a 41,27% do valor total dos investimentos em relação aos demais programas, por outro lado, o programa. Por outro lado, o programa "Vigilância Ambiental" apresentou o menor investimento, correspondendo a 0,21% do valor total dos investimentos.

Com relação aos programas e ações por parte da Prefeitura Municipal de Campina Grande, observa-se que o programa de implantação e melhoria no sistema de gerenciamento de resíduos sólidos do município de Campina Grande do PPA 2006/2008 apresentou o maior investimento dentre os demais programas e ações, destinando 91,61% dos R\$ 51.288.000,00 investido com preservação do Meio Ambiente pelo município, durante o período de 2006 a 2009. Em contrapartida o programa de treinamento e divulgação das

ações ambientais apresentou o menor volume investido, com apenas 1,86% do total dos gastos em preservação do Meio Ambiente no período de avaliação.

Apesar da Prefeitura Municipal de Campina Grande designar um maior volume de investimentos em preservação do Meio Ambiente em relação à Prefeitura Municipal de João Pessoa no período de 2006 a 2009, observou-se uma distribuição mais ordenada por parte desta última, pois atende a um maior número de programas e ações desta natureza, ao passo que a Prefeitura de Campina Grande prioriza seus investimentos quase que totalmente em um só programa que está indiretamente ligado à preservação ambiental.

Mediante a análise dos dados deste estudo, constatou-se ainda que a Prefeitura Municipal de Campina Grande apresenta um maior volume de investimentos na área ambiental quando comparados os valores totais investidos por parte das duas entidades objeto do estudo. Porém a mesma não dispõe de uma secretaria específica de gestão ambiental, talvez por isso, o maior volume de investimento 91,61%, esteve concentrado em apenas um programa.

Embora a Prefeitura de Campina Grande invista mais em Meio Ambiente qualitativamente, esses recursos não atingem muitos programas e ações. Por outro lado, a Prefeitura de João Pessoa pulveriza mais esses recursos, haja vista que abrange 15 programas gerenciados por um órgão específico, a SEMAM.

REFERÊNCIAS

AGENDA 2.1 **United National Conference On Environmental And Development**. Rio de Janeiro, Chapter 1, Preamble, June, p. 1-3, 1992.

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade Pública na Gestão Municipal**. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de; TACHIZAWA, Takeshy; CARVALHO, Ana Barreiros de. **Gestão Ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2002.

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos e ARRUDA, Daniel Gomes. **Contabilidade Pública: da teoria à prática**. Edição atualizada de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. – São Paulo: Saraiva, 2006.

BECKE, Vera L. **Contabilidade Ambiental: Fatores Ambientais Exógenos que Interferem na Riqueza Celular**. Pensar Contábil, ano VI, nº26, Jan., 2005.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005.

BRASIL. **Lei Ordinária nº. 9.605**, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao Meio Ambiente, e dá outras providências.

BRASIL. **Lei Complementar nº 4.320**, de 17 de março de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. PINTO, Antonio Luiz de Toledo; WINDT, Marcia Cristina Vaz dos Santos, CÉSPEDES, Livia. **Legislação administrativa**. São Paulo: Saraiva, 2004.

CALIXTO, L; BARBOSA, R. R; LIMA, M. B. **Disseminação de informações ambientais voluntárias relatórios contábeis versus internet***. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v18nspe/a08v18sp.pdf>> Acesso em: 08 fev. 2009.

CARVALHO, Gardênia Maria Braga. **Contabilidade ambiental**. Curitiba: Juruá, 2007.

CHIAVENATO, I. **Recursos Humanos: O capital intelectual das organizações**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC T 15: Informações de natureza Social e Ambiental**. Brasília, 2004.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica e ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1981.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.

EPELBAUM, Michel. **Sistemas de Gestão Ambiental ISO 14000: mudando a postura reativa**. In Anais IV Encontro Nacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente, São Paulo, nov. 1997.

FERREIRA, Aracéli C. de S. **Contabilidade ambiental**. São Paulo: Atlas, 2003.

FERRARI PINTO, Mara Darcy Biasi. Apresentação do IBAM. In: REIS, Heraldo da Costa. **Impactos da LRF sobre a Lei nº 4.320**. 15 ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

FORTES, João. **Contabilidade Pública**. 9. Ed. Brasília: Franco; Fortes, 2006

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Básica**. 23. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

FRANCO, Hilário. **Estrutura, análise e interpretação de balanços**. 25 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

FURTADO, João S. **Auditorias, sustentabilidade, ISO 14000, e produção limpa: limites e mal-entendidos 1998**. Disponível em: <<http://www.vanzoline.org.br>>. Acesso em 31 de mar 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE CONTADORES. Normas e Procedimentos de Auditoria – **NPA n. 11: estabelece os liames ente a contabilidade e o Meio Ambiente. Balanço e Ecologia**. São Paulo, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Banco de dados/cidades**. 2007. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> > . Acesso em: 21 abr. 2009.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. 2ª ed., São Paulo: Atlas, 2000.

JUND, Sérgio. **Administração, orçamento e contabilidade pública: Teoria e 830 questões**. 2. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

KHAIR, Amir Antonio. **Lei de Responsabilidade Fiscal: Guia de Orientação para as Prefeituras**. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/BNDES, 2001.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública: Teoria e Prática**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

LEITE, Marrison Alan de Sousa. **Contabilidade e gestão ambiental: um estudo multicaso em indústrias de sabão da cidade de Sousa – PB. Monografia (Graduação em Contabilidade) – Centro de Ciências Jurídicas e Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Sousa-PB, 2008.**

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, R. G. **Contabilidade pública: integrando união, estados e municípios (SIAFI; SIAFEM)**. Atlas: São Paulo, 2003.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 11 ed..São Paulo: Atlas, 2005.

MATUCHEVSKI, K; RUPPENTHAL, J. E; DE OLIVEIRA, J. H. R. **A contabilidade ambiental nas organizações**. 2006. Disponível em: < http://www.feb.unesp.br/dep/simpep/anais/anais_13/artigos/342.pdf > Acesso em: 08 fev. 2009.

MISSIAGGIA, Rita Rutigliano. **Gestão de resíduos sólidos industriais: caso Springer Carrier**. 2002. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

OLIVEIRA, Antonio de. **Análise do sistema de Contabilidade Pública como suporte ao controle do ciclo orçamentário dos municípios da região metropolitana de Curitiba/PR**. 2006. Disponível em: <

http://proxy.furb.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=339 > Acesso em: 28 abr. 2009.

OLIVEIRA, L. A. M. SA 8000: **O Modelo ISO 9000 Aplicado à Responsabilidade Social**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002. 122p.

PAIVA, Paulo Roberto de. **Contabilidade Ambiental: Evidenciação dos gastos ambientais com transparência e focada na prevenção**. 1. ed. – 2. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2006.

PAIVA, Paulo Roberto de. **Evidenciação de gastos ambientais: uma pesquisa exploratória no setor de celulose e papel**. 2001. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2001.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio.; TIMBÓ, Maria Zulene Farias.; ROSA, Maria Berenice. **Contabilidade pública: Uma abordagem da administração financeira pública**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

QUEIROZ, R.L.S.; QUEIROZ, E.S.A **Contabilidade como um Instrumento de Gestão Ambiental Empresarial, e sua Contribuição a Melhoria da Qualidade de Vida Planetária**. Revista Pensar Contábil - CRC/RJ. Rio de Janeiro, ano 3. nº 9, p.78-83, ago/out 2000.

REBOLLO, M. G. **A contabilidade como instrumento de controle e proteção do Meio Ambiente**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE, 16., 2000, Goiânia. Anais do XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade. Goiânia, 2000.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade Ambiental**. São Paulo: Saraiva, 2006.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade e Meio Ambiente**. Dissertação (Mestrado) FEA – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade – USP – Universidade de São Paulo – jul.1992.

RIBEIRO, Maisa de S., LISBOA, Lázaro P. Balanço Social. **Revista Brasileira de Contabilidade**, Brasília, nº 115, p.72-81, 1999.

ROSA, Fabrícia Silva da; ENSSLIN, Sandra Rolim. **“A Gestão Ambiental” Em Eventos Científicos: Um estudo exploratório nos eventos avaliados segundo critério Qualis da CAPES 2007**. Disponível em < <http://engema.up.edu.br/arquivos/engema/pdf/PAP0402.pdf> > . Acesso em: 22 mar. 2009.

SANTOS, Adalto de Oliveira et al. **Contabilidade Ambiental: Um Estudo sobre sua aplicabilidade em empresas Brasileiras**. Revista Contabilidade & Finanças FIPECAFI – FEA – USP. V.16 n.27, pp. 89-99, set/dez. 2001.

SCARPIN, Jorge Eduardo et al. **Entendimento e ações do profissional contabilista perante o mundo sustentável**. 2008. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/resultado/trabalhosPDF/840.pdf>>. Acesso em: 07 fev. 2009.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 2009. Disponível em: <<http://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia%20da%20Pesquisa%203a%20edicao.pdf>>. 3. ed. rev. atual. – Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001. 121p. Acesso em: 21 abril. 2009.

SOUZA, Antônio. Carlos de; FIALHO, Francisco; OTANI, Nilo. **TCC: Métodos e Técnicas**. Florianópolis: Visual Books, 2007.

SUCUPIRA, João. **A responsabilidade social das empresas**. Balanço Social – IBASE, 2000. Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br/>>. Acesso em: 21 abri. 2009.

TACHIZAWA, Takeshy. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negocio focadas na realidade brasileira**. São Paulo: Atlas, 2002.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanço Social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade publica das organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental**. 2. ed. São Paulo: Atlas. 2008.

VALLE, C. E. **Como se Preparar Para as Normas ISO 14000 – Qualidade Ambiental – O Desafio de Ser Competitivo Protegendo o Meio Ambiente**. São Paulo: Pioneira Administração e Negócios & ABIMAQ/SINDIMAQ, 1996.